

O Passado, o Presente e o Futuro do Impacto da Influência Geopolítica Russa: uma Guerra Fria nos Tempos Modernos

André Alfar Rodrigues

Advogado, Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Católica Portuguesa. Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Membro do NOVA Compliance Lab e do NOVA Business, Human Rights and the Environment.

Resumo

A presente investigação tem por objetivo a análise da influência russa sobre os países ex-URSS. Serão abordados no presente trabalho os acontecimentos históricos que ocorreram na Crimeia e na Transnístria, bem como as violações das normas de direito internacional que se sucederam.

Palavras-chave: Crimeia; Direitos Humanos; Rússia; Direito Internacional; Política Externa

Abstract

The Past, Present and Future of the Impact of Russian Geopolitical Influence: a Cold War in Modern Times

The present research analyses Russia's influence on the former USSR countries. The historical events that occurred in Crimea and Transnistria will be addressed in this paper, as well as the violations of the norms of international law that followed. We will see throughout the text that Russia repeatedly violates the human rights of citizens of the countries in which it still exerts its sphere of influence.

Keywords: *Crimea; Human Rights; Russia; International Law; Foreign Policy*

Artigo recebido: 28.01.2021

Aprovado: 06.02.2021

<https://doi.org/10.47906/ND2021.159.02>

Introdução

Winston Churchill faleceu há 56 anos, mas as suas palavras quanto à “cortina de ferro” permanecem atuais face à estratégia geopolítica russa. O antigo primeiro ministro britânico afirmou: “De Estetino, no Báltico, até Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha estão todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia; todas essas cidades famosas e as populações em torno delas estão no que devo chamar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não somente à influência soviética, mas também a fortes e em certos casos crescentes medidas de controle de Moscovo”¹.

Alguns destes países já são plenamente independentes. No entanto, alguns Estados vizinhos não tiveram a oportunidade de sair da esfera russa, como é o caso da Bielorrússia, da Ucrânia e da Moldávia², entre outros³. É sobre estes três países que incidirá a nossa investigação, tendo como objeto principal demonstrar que a tentativa de manutenção destes espaços sob a influência russa tem revelado diversos limites, sobretudo porque Moldávia, Ucrânia e Geórgia assinaram Acordos de Associação e Acordos Comerciais com a União Europeia e recusaram integrar a União Económica Euroasiática.

Após o final da Guerra Fria, os líderes europeus procuraram dar início à sua demanda política através da livre circulação de mercadorias, de serviços, de pessoas e de capitais⁴. Uma falsa esperança abateu-se no Ocidente onde se procurava expandir esta ideologia a países externos à União Europeia como é o caso da Rússia, da Turquia ou dos países pós-comunistas da Europa de Leste⁵. No entanto a adesão

1 Winston Churchill, *The Second World War, Triumph and Tragedy*, Book 2, Chap. 15: Bantam, 1962, pp. 489 e 514. Importa ter em atenção a distinção das Repúblicas Soviéticas que se tornaram independentes após o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como por exemplo, a Bielorrússia, a Moldávia e a Ucrânia, e os países que eram designados de Estados-satélite sob a influência soviética. Estes últimos foram os quais Churchill se referia no seu discurso.

2 Barry Buzan e Ole Waever defendem que é nesta sub-região do espaço pós-soviético que as dinâmicas políticas e securitárias são mais intensas, uma vez que esta constitui o último reduto entre a Rússia e o mundo ocidental, in *Regions and Powers: The Structure of International Security*, Cambridge University Press, 2003.

3 Stephen White, Ian McAllister e Valentina Feklyunina, “Belarus, Ukraine and Russia: East or West?” *The British Journal of Politics and International Relations*, 2010, pp. 347-366.

4 O Mercado Único foi instituído no âmbito da União Europeia e entrou em vigor a 1 de janeiro de 1993. Assenta em quatro princípios fundamentais: livre circulação das mercadorias, dos serviços, dos capitais e das pessoas entre os Estados-membros da União.

5 Como refere Maria Luísa Duarte, a União Europeia é “uma união de Estados soberanos que, por via pactícia e com fundamento nas respetivas Constituições, decidiram exercer em comum os respetivos poderes de soberania”, in *União Europeia, Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Comunitária*, Almedina, 2011, p. 87.

destes últimos a instituições como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), o Tribunal Penal Internacional (TPI) ou a Organização Mundial do Comércio (OMC) não foi mais que uma utopia. Como referem Ivan Krastev e Mark Leonard, “a lógica era a seguinte: desde que os cidadãos tivessem a possibilidade de escolher livremente, os governos acabariam por abraçar o modelo europeu”⁶. Esta esperança foi destruída pela invasão militar russa que ocorreu na Crimeia. As fracassadas “operações de charme” utilizadas pela União Europeia para chegar a um acordo de associação com a Ucrânia, revelaram que o *soft power* europeu sucumbiu ao uso da força por parte de Moscovo⁷. De forma sumária, podemos afirmar que a Europa subestimou a Rússia. Após o hipotético fim da Guerra Fria, julgou-se erradamente que a Rússia poderia ser incluída de forma ordeira na economia mundial. Embora poucos desejassem o regresso do comunismo, muitos permaneceram nostálgicos quanto ao estatuto de grande potência mundial. Esta nostalgia é personificada através de Vladimir Putin que deseja a todo o custo devolver a antiga glória da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) à nação que o viu crescer⁸. O líder russo utiliza frequentemente no seu discurso as palavras e pensamentos de alguns filósofos do século XIX e XX, como Nikolai Berdyaev, Vladimir Solovyov, e sobretudo Ivan Ilyin, todos eles profetas de uma Rússia imperialista⁹. A todo o custo, Putin procura a criação de uma nova ordem social¹⁰.

6 Ivan Krastev e Mark Leonard, “O Sonho da Ordem Europeia Estilhaçado: Como Putin está a perturbar a Aliança Atlântica”, trad. Diana Soller, *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote, 2015, p. 9.

7 Expressão utilizada por Joseph Nye in “Soft Power: The Means to Success in World Politics”, *Public Affairs*, 2009. A expressão *soft power* é utilizado na teoria das relações internacionais para descrever a capacidade de conseguir influenciar a política de um Estado através de meios ideológicos ou culturais.

8 Luís Tomé, “Geopolítica da Rússia de Putin: Não é a União Soviética, mas gostava de ser...”, *Relações Internacionais*, n.º 60, 2018.

9 Maria Raquel Freire refere que “uma análise dos Conceitos de Política Externa russos desde 2000 permite perceber as linhas mestras que a definem e que vêm já dos anos de governação de Boris Ieltsin, embora assumam com Putin uma sistematização mais clara, resultado também do próprio curso de crescimento interno. Ieltsin incute o princípio da multivetorialidade à política externa, após os primeiros anos de reconfiguração política pós-Soviética”, in “Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações”, *e-Cadernos CES*, n.º 19, 2013, p. 13.

10 Acerca do perfil e ascensão ao poder de Vladimir Putin *vide*: Bernardo Pires de Lima, *Putinlândia*, Edições Tinta da China, 2016.

O Conceito de Geopolítica

O conceito de geopolítica teve a sua origem¹¹ através Rudolf Kjellén, no início do século XX, e foi inspirado pela obra de Friedrich Ratzel¹². Kjellén definiu-a como: “o estudo do Estado enquanto organismo geográfico ou enquanto fenómeno no espaço, isto é, o Estado como terra, território, área, ou melhor dito, como país”¹³. Para Friedrich Ratzel, a superioridade plena de um determinado território seria o que caracterizava um Estado.

A primeira escola geopolítica foi a Escola de Munique. Em 1922, Karl Haushofer fundou o Instituto de Geopolítica, onde em 1924, lançou a *Revista de Geopolítica*. O regime nacional-socialista alemão de Adolf Hitler utilizou os ensinamento da Escola de Munique para justificar a sua política expansionista, o que retirou credibilidade às teorias geopolíticas da época¹⁴. Só na Guerra Fria, existiu um renascimento do conceito de geopolítica. Importante é não existir confusão entre o conceito de geopolítica e o conceito de geografia política. Perfilhamos a opinião de João Matos Churro que “as grandes diferenças entre estes dois conceitos decorrem exatamente do facto da Geografia Política ser um ramo da Geopolítica. Veja-se por exemplo que a Geopolítica devido à sua complexidade, acarreta sempre outros objetivos políticos frequentemente difundidos através de discursos e que visam uma análise do passado e do presente, com vista à manutenção ou alteração do *status quo* no futuro. Por outro lado, a essência puramente descritiva da Geografia Política leva-a a ter como principal objetivo analisar/descrever os factos históricos, sem com isso presupor diretamente qualquer tipo de intenção ou intervenção na cena política”¹⁵.

A conceção geopolítica varia consoante as escolas, que têm um entendimento diferente sobre o termo. Por exemplo, para Alfred Mahan, Halford Mackinder e Alexander Seversky, a geopolítica baseia-se em fontes estruturais de poder¹⁶. Alfred Mahan e Halford Mackinder foram grandes defensores do expansionismo naval e

11 Philippe Moreau Defarges, *Introdução à Geopolítica*, Gradiva, 2012.

12 Para uma versão recente da obra *vide* Friedrich Ratzel, *Politische Geographie*, BIBLIOLIFE, LLC, 2009.

13 Pedro de Pezarat Correia, “Geopolítica e Geoestratégia”, *Nação e Defesa*, n.º 131, 2012, p. 230. O autor refere que “a geopolítica pode ser entendida como o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política”.

14 João Manuel Barroso de Matos Churro, *A Geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia*, Dissertação de Mestrado em Estratégia, Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa, 2013, p. 24.

15 João Manuel Barroso de Matos Churro, *op. cit.*, p. 26.

16 Phil Kelly, “A Critique of Critical Geopolitics”, *Geopolitics*. Londres: Routledge, 2006, pp. 24-53.

marítimo. Alexander Seversky, posterior aos outros dois autores, e após o desenvolvimento da aeronáutica militar, foi o primeiro a desenvolver uma teoria com contornos geopolíticos de um poder aéreo.

Podem ser referidas outras escolas, nomeadamente: a Escola Francesa da Geopolítica, que teve como principal autor, Paul Vidal de la Blache; a Escola Americana, cujos autores de maior destaque são Henry Kissinger, Samuel Huntington e Zbigniew Brzezinski e; a Escola Russa, cuja figura principal é Alexandr Dugin.

A Escola Francesa, embora valorizasse uma teoria de poder terrestre, desenvolvida por Halford Mackinder, adotava a posição de que o homem tinha um papel determinante no espaço geográfico. Assim, a Escola Francesa introduziu o conceito de possibilismo, que se traduz na possibilidade de existirem influências recíprocas entre o homem e o meio natural.

Um importante contributo foi dado por Saul Bernard Cohen, que elaborou uma teoria da divisão do mundo em duas regiões geoestratégicas: o Mundo Dependente do Comércio Marítimo e o Mundo Continental Euro-Asiático. Como afirma Pedro de Pizarat Correia, Cohen distinguia ainda duas regiões onde as influências dos dois blocos se chocavam, o Médio Oriente e o Sudeste Asiático, a que chamou cinturas fragmentadas e às quais atribuía um papel decisivo na disputa do poder mundial: “o destino político e estratégico das cinturas fragmentadas é de interesse vital para o Mundo Marítimo Dependente do Comércio”¹⁷.

Por sua vez, Kissinger e Brzezinski definem a geopolítica clássica no sentido de apontar a Eurásia como o continente basilar para o equilíbrio e os rumos da política de poder global, colocando os objetivos estratégicos acima de qualquer discussão sobre custos económicos. Para Brzezinski e Kissinger, a presença militar da NATO no Médio Oriente e no Sudeste Asiático são irrevogáveis¹⁸.

Uma importante figura para a nossa investigação é Alexandr Dugin. Este é o principal influenciador da geopolítica russa atual, tendo desenvolvido uma nova territorialidade para o Estado¹⁹. Alexandr Dugin é defensor do eurasianismo, que adota a ideia de que a Rússia não pertence nem à Europa, nem à Ásia, mas sim ao conceito geopolítico de Eurásia. Dugin resgata as teorias e conceitos formulados por Halford Mackinder e Karl Haushofer no contexto do pós-Guerra Fria e defende que

17 Pedro de Pizarat Correia, “Geopolítica e Geoestratégia”, *Nação e Defesa*, n.º 131, 2012, p. 233; Saul Bernard Cohen, *Geopolitics: The Geography of International Relations*, Second Edition. Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

18 Raphael Padula, “O Debate Geoestratégico nos Estados Unidos: O Lugar da Eurásia, do Hemisfério Ocidental e do México”, *Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação*, 2018, p. 415.

19 Frederico Augusto Brugnara, *A Política Russa no Espaço Pós-Soviética: A influência do Neo-Eurasianismo e dos Recursos Energéticos*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa, 2015, p. 64.

a Rússia deve usar a localização privilegiada para mobilizar os recursos necessários de forma a controlar toda a região da Eurásia²⁰. O pensamento de Dugin é baseado na premissa de que todas as grandes potências mundiais, tentaram ao longo da sua história, conquistar os territórios da Eurásia. Por essa razão, defende que a Rússia deve controlar este espaço, derrotando as forças da NATO e, desta forma, ser a principal superpotência mundial. Para o autor, o facto de existir um grande número de russos étnicos espalhados por toda a Eurásia e também pelo facto de a religião ortodoxa ser a dominante na região, possibilita a criação de um ambiente multicultural que legitima a Rússia a poder controlar a região. Defende também uma relação mais próxima com a Alemanha, o Irão e o Japão, o que possibilitaria a criação dos projetos: Pan-Europa, a Pan-Ásia e o Pan-Pacífico, tal como foram concebidos pelos principais autores da geopolítica clássica²¹. Como veremos, esta retórica inspirou o líder da Rússia, Vladimir Putin, que por sua vez utiliza o discurso de Alexandr Dugin para justificar a sua ideologia expansionista.

A Crise da Crimeia

A União Europeia desenvolveu em 2003/2004 uma Política Europeia de Vizinhança (PEV)²². A UE oferece aos seus vizinhos uma relação privilegiada, instituída através de um compromisso mútuo relativamente a valores comuns, como a democracia e os direitos humanos, o primado do direito, a boa governação, os princípios de economia de mercado e o desenvolvimento sustentável²³. Esta política tem como base jurídica o art.º 8.º e o Capítulo V (ação externa) do Tratado da União Europeia e os artigos 206.º e 207.º (comércio) e artigos 216.º a 219.º (acordos internacionais) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Após a Revolução Laranja que ocorreu na Ucrânia em 2004, a Rússia procurou à semelhança do que

20 Alexandr Dugin, *The Foundations of Geopolitics: The Geopolitical Future of Russia*, Reprint, Moscow: T8 Publishing: 2019.

21 Frederico Augusto Brugnara, *A Política Russa no Espaço Pós-Soviética: A influência do Neo-Eurasianismo e dos Recursos Energéticos*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa, 2015, pp. 63-65.

22 Sobre os desafios da PEV da União Europeia na Bielorrússia *vide* Giselle Bosse, “Challenges for EU governance through Neighbourhood Policy and Eastern Partnership: the values/security nexus in EU-Belarus relations”, *Contemporary Politics*, 2009.

23 Segundo o Parlamento Europeu, a PEV abrange a Argélia, a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, o Egito, a Geórgia, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, a Moldávia, Marrocos, a Palestina, a Síria, a Tunísia e a Ucrânia. Tem por objetivo reforçar a prosperidade, a estabilidade e a segurança de todos. A PEV baseia-se na democracia, no primado do direito e no respeito pelos direitos humanos e é uma política bilateral entre a UE e cada país parceiro, dotada de iniciativas de cooperação regional: a Parceria Oriental e a União para o Mediterrâneo.

fez a União Europeia, estabelecer acordos com países vizinhos, procurando limitar a atuação da UE.

Cabe afirmar que a partir do ano 2000, ocorreu uma série de manifestações políticas de oposição que geraram a queda de diversos governos corruptos com ligações a Moscovo, as designadas revoluções coloridas²⁴. A grande maioria destes protestos ocorreram após terem sido detetadas diversas fraudes eleitorais a favor de candidatos apoiados pelo Kremlin. O eco destas revoluções repercutiu em todo o espaço da antiga União Soviética, e alguns líderes como Vladimir Putin²⁵ e Aleksandr Lukashenko (Bielorrússia)²⁶ tomaram medidas preventivas para que os seus governos não fossem derrubados.

Estas revoluções foram bem sucedidas na Geórgia – a Revolução Rosa, em 2003 –, na Ucrânia – a Revolução Laranja²⁷, em 2004 – e no Quirguistão – a Revolução das Tulipas²⁸, em 2005. Este último foi o mais violento.

24 Lincoln A. Mitchell, *The Color Revolutions*, University of Pennsylvania Press, 2012. O autor faz ainda uma profunda reflexão em especial, sobre a Revolução Rosa que ocorreu na Geórgia, in *Uncertain Democracy, U.S. Foreign Policy and Georgia's Rose Revolution*, University of Pennsylvania Press, 2008; Mark R. Beissinger, "Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions", *Perspectives on Politics*, 2, 2007, pp. 259-276.

25 Como refere João Marques de Almeida, relativamente ao 2.º mandato de Putin (2004-2008): "Assistiu-se, gradualmente à centralização da autoridade do poder central; ao enfraquecimento do sistema multipartidário; à supressão da liberdade de imprensa e ao fim de uma comunicação social independente com força; a ataques a organizações não governamentais liberais e conotadas com o «Ocidente»; e a uma alteração da composição das elites políticas russas, com um crescente envolvimento de elementos das forças de segurança", in "A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia, o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria»", *Relações internacionais*, n.º 20, 2008, p. 20.

26 David R. Marples, "Color revolutions: The Belarus case", *Communist and Post-Communist Studies*, vol. 39, n.º 3, 2006, pp. 351-364.

27 A Revolução Laranja foi uma série de protestos e eventos políticos, que ocorreram entre 2004 e 2005 em resposta às alegações de corrupção, fraude eleitoral direta e intimidação por votos que ocorreu durante a eleição presidencial ucraniana de 2004. A Revolução Laranja de 2004 levou à saída do presidente pró-russo recentemente eleito e já contestado Viktor Yanukovich, substituído por Viktor Yushchenko. Sobre o tema: Numa Mazat e Franklin Serrano, "A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito" (Cap. 1). Em, André Alves, org., *O Renascimento de uma potência? a Rússia no século XXI*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012, pp. 9 e ss.

28 Em geral, sobre estas revoluções *vide*: Felipe Afonso Ortega, *As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009; Elena Korosteleva, "Questioning democracy promotion: Belarus' response to the «colour revolutions»", *Democratization*, vol. 19, n.º 1, pp. 37-59.

O principal valor da Crimeia não é económico, mas sim estratégico²⁹. A Crimeia é uma zona privilegiada no Mar Negro³⁰. É um local que a Rússia não quer/pode prescindir para efeitos militares³¹. Como referem Graham Allison e Dimitri K. Simes, “o sentimento de *establishment* russo é o de que o país nunca poderá sentir-se seguro caso a Ucrânia adira à NATO ou se transforme numa nação euro-atlântica hostil”³². Esse é o grande receio de Moscovo. Muitos especialistas advogam que se o Ocidente tivesse imposto sanções à Rússia³³ e tivesse marcado uma posição definida e assertiva durante a Guerra na Geórgia em 2008³⁴, a crise na Crimeia poderia nunca ter acontecido³⁵. Em março de 2008, a Geórgia pede para entrar na NATO, e apesar de ter fracassado, faz com que o parlamento russo intercedesse junto do Kremlin para que este reconhecesse a independência da Ossétia do Sul e da Abkhazia, outra

29 Sobre o contexto histórico da crise da Crimeia: Anton Bebler, “Crimea and the Russian-Ukrainian Conflict”, *Romanian Journal of European Affairs*, vol. 15, n.º 1, 2015; Ashley Deels, “Russian Forces in Ukraine”, *Lawfare*, 2014; Anatoly Pronin, “Republic of Crimea”, *Russian Law Journal*, vol. 3, n.º 1, 2015, pp. 133-142.

30 Sobre as principais características geopolíticas da Crimeia *vide* Mariana Filipe Gomes, *As Relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa, 2018, pp. 41 e ss.

31 João Manuel Barroso de Matos Churro, *A Geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia*, Dissertação de Mestrado em Estratégia, Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa, 2013; Dogan Girgin, “Geopolitical Issues in the Current Crisis Between Ukraine and Russia”, *Journal of Social Sciences*; vol. 4, n.º 1, 2015, pp. 21 e ss.

32 Graham Allison e Dimitri K. Simes, “A Rússia e América: a Guerra ao Virar da Esquina”, tradução: Jorge Lima, *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote, 2015, p. 25.

33 Um estudo realizado por Hufbauer *et al.* (2007) concluiu que apenas 34% das sanções impostas apresentaram um sucesso considerável. Este estudo limitou-se a analisar se as sanções impostas foram benéficas no sentido em que o país, que sofreu tais sanções, melhorou as suas políticas, o seu comportamento ou o seu regime, *in Economic Sanctions Reconsidered*, 3rd edition, Institute for International Economics, Washington, 2009. Foram analisados 204 casos de sanções económicas. Estudo semelhante foi feito por Cortright and Lopez. Segundo este estudo, tais sanções não levam a resultados eficientes, *in “Are Sanctions Just? The Problematic Case of Iraq”*, *Journal of International Affairs*, vol. 52, n.º 2, 1999, pp. 735-755.

34 Armando Marques Guedes, *A Guerra dos Cinco Dias. A Invasão da Geórgia pela Federação Russa*, IESM, 2009.

35 Para uma comparação entre a intervenção russa na Ossétia do Sul e na Crimeia *vide* Emmanuel Karagiannis, “The Russian Interventions in South Ossetia and Crimea Compared: Military Performance, Legitimacy and Goals”, *Contemporary Security Policy*, vol. 35, n.º 3, 2014, pp. 400-420; Kadri Liik, ed., *Russia’s “Pivot” to Eurasia*, Londres: European Council for Foreign Relations, 2014, p. 14. Por sua vez, existe quem advogue que a culpa da crise da Crimeia se deve ao Ocidente: John J. Mearsheimer, “Why the Ukraine Crisis Is the West’s Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin”, *Foreign Affairs*, Council on Foreign Relations, vol. 93, n.º 5, 2014, pp. 77-89.

região separatista da Geórgia. Em abril de 2008, a Ossétia do Sul rejeitou um acordo georgiano de divisão do poder e insistiu na independência. Em agosto, as forças da Ossétia do Sul e da Geórgia iniciaram um conflito armado. A Geórgia afirmou que as suas forças “libertaram” uma grande parte da capital Tskhinvali³⁶. Por fim, a 8 de agosto, as forças militares da Geórgia invadem a Ossétia do Sul. Como retaliação, as forças russas invadem o território georgiano³⁷. A intervenção russa na República separatista da Ossétia do Sul na Geórgia em agosto de 2008, foi o primeiro uso de força militar por parte de Moscovo contra um Estado soberano após o fim da Guerra Fria³⁸. Putin utilizaria relativamente à Ossétia do Sul, a mesma retórica que mais tarde utilizaria na Crimeia, considerando a sua intervenção militar como um ato legítimo de autodefesa destinado a proteger os cidadãos russos³⁹.

A tolerância russa para com as medidas inclusivas europeias terminou quando a UE decidiu criar uma Parceria Oriental em 2009. Estes acordos foram estabelecidos entre a UE e seis Estados pós-soviéticos da Europa de Leste e do Sul do Cáucaso, nomeadamente a Arménia, Bielorrússia, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia e Ucrânia. Uma das obrigações estabelecidas nesta parceria seria a de que estes países teriam de implementar uma parte considerável das regras e regulamentos da União Europeia. Como seria de esperar, Moscovo não admitiria que estes países pudessem reorientar o seu comércio em direção à Europa.

Em 2010, o presidente ucraniano pró-russo Viktor Yanukovych firmou um acordo com a Rússia, onde em troca da instalação de uma base militar em Sebastopol (localizada na Crimeia), a Ucrânia receberia o valor correspondente a 40 biliões de dólares em gás natural. Para além da grande dependência de gás natural russo, a Ucrânia, mais concretamente a zona da Crimeia detém um elevado número de russos étnicos que correspondem a cerca de 58% do total da população. Putin já

36 Cory Welt, “The Thawing of a Frozen Conflict: The Internal Security Dilemma and the 2004 Prelude to the Russo-Georgian War”, *Europe-Asia Studies*, vol. 62, no. 1, 2010, pp. 63-97.

37 Henrik Boesen Lindbo Larsen, “The Russo-Georgian war and beyond: towards a European great power concert”, *European Security*, vol. 21, n.º 1, 2012, pp. 102 e ss.; Kornely Kakachia, “The Russo-Georgian Five-Day War: The Price to be Paid and its Unintended Consequences”, *Central Asia and the Caucasus*, n.º 1, n.º 55, 2009.

38 Emmanuel Karagiannis, “The 2008 Russian Georgian war via the lens of Offensive Realism”, *European Security*, vol. 22, n.º 1, 2013, pp. 74-93; Susan Turner, “China and Russia After the Russian-Georgian War”, *Comparative Strategy*, vol. 30, n.º 1, 2011; Teemu Sinkkonen, “A security dilemma on the boundary line: an EU perspective to Georgian-Russian confrontation after the 2008 war”, *Southeast European and Black Sea Studies*, vol. 11, n.º 3, 2011, pp. 265-278; Carolina Vendil Pallin e Fredrik Westerlund, “Russia’s war in Georgia: lessons and consequences”, *Small Wars & Insurgencies*, vol. 20, n.º 2, 2009.

39 Putin baseia-se habitualmente no art.º 61.º (2) da Constituição da Federação Russa: “a Federação Russa garantirá aos seus cidadãos, no exterior das suas fronteiras, a sua defesa e proteção”.

tinha sido claro quanto às suas intenções relativamente à Ucrânia ainda antes da crise que se gerou na Crimeia. Em setembro de 2013, proferiu o seguinte discurso relativamente à Ucrânia: “temos tradições comuns, uma mentalidade comum, uma história comum e uma cultura comum (...) temos línguas semelhantes. Neste aspecto, repito, somos um só povo”⁴⁰.

No final de 2013, o então presidente Viktor Yanukovich, que ascendera ao poder apesar da derrota que sofrera graças à Revolução Laranja, resolveu desistir de assinar um tratado de livre-comércio com a União Europeia, preferindo estreitar relações comerciais com a Rússia. Após este ato, o povo ucraniano pró-europeu manifestou-se contra o governo em funções. A 23 de fevereiro de 2014, após sucessivos protestos, o Parlamento Ucraniano realiza um julgamento político do qual resulta a destituição de Yanukovich, sob acusação de abandonar o cargo após este viajar de Kiev para Kharkiv⁴¹, assumindo este órgão o poder executivo⁴². Moscovo não demorou a (re)agir. Após a revolução em Kiev, a Rússia recusou-se a reconhecer o novo governo interino, designando a revolução de um “golpe de Estado” e iniciou uma invasão da península da Crimeia⁴³. A anexação da Rússia foi uma violação da sua obrigação de respeitar a integridade territorial da Ucrânia nos termos do seu Tratado de Amizade celebrado em 1997⁴⁴.

40 Excerto da transcrição da reunião do Valdai International Discussion Club, 19 de setembro de 2013. Um ano depois, a 24 de outubro de 2014 em Sochi, e já após ter anexado ilegalmente a Crimeia, numa reunião do Valdai International Discussion Club, Putin afirmou: “Hoje, vemos novos esforços para fragmentar o mundo, traçar novas linhas divisórias, reunir coligações não construídas para algo, mas dirigidas contra alguém, qualquer um, criar a imagem de um inimigo como foi o caso durante os anos da Guerra Fria, e obter o direito a esta liderança, ou *diktat*, se desejar”. Para infortúnio de Moscovo, a Ucrânia assinou dois meses depois o esperado acordo de associação com a UE. Para uma análise sobre as narrativas utilizadas por Putin para justificar a anexação ilegal da Crimeia *vide* John Biersack e Shannon O’Lear, “The geopolitics of Russia’s annexation of Crimea: narratives, identity, silences, and energy”, *Eurasian Geography and Economics*, 2014, pp. 254 e ss.; Taras Kuzio, “Euromaidan revolution, Crimea and Russia-Ukraine war: why it is time for a review of Ukrainian-Russian studies”, *Eurasian Geography and Economics*, 2019; Tor Bukkvoll, “Why Putin went to war: ideology, interests and decision-making in the Russian use of force in Crimea and Donbas”, *Contemporary Politics*, 2016.

41 Uma das primeiras ações deste governo foi o de revogar uma lei que reconhecia o idioma russo como uma língua regional oficial.

42 Vanda Amaro Dias, “As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia”, *Relações Internacionais*, n.º 45, 2015, pp. 45-55.

43 Valentina Azarova, “An Illegal Territorial Regime? On the Occupation and Annexation of Crimea as a Matter of International Law”, *The Use of Force against Ukraine and International Law, Jus Ad Bellum, Jus In Bello, Jus Post Bellum*, 2018, pp. 41-71.

44 O Tratado de Partição sobre o Estatuto e as Condições da Frota do Mar Negro foi um tratado assinado entre a Rússia e a Ucrânia em 1997, na qual as duas nações estabeleceram duas frotas nacionais independentes e a divisão de armamentos e bases entre elas. Foi estabelecido que a Rússia tinha o direito de usar o porto de Sevastopol, por 20 anos até 2017 e em contrapartida oferecia um desconto sobre o gás natural que exportava para a Ucrânia. Posteriormente foi celebrado o Pacto de Kharkiv em 2010 entre as duas nações. Após a anexação da Crimeia, este Pacto foi revogado.

No dia 27 de fevereiro a Ucrânia conheceu dois destinos diferentes. Neste dia, grupos paramilitares russos invadiram os prédios da Presidência e do Parlamento da República Autônoma da Crimeia, hasteando bandeiras russas nos edifícios. Ainda durante este dia, em Kiev, o parlamento escolheu um novo primeiro ministro e anunciou a convocação de um referendo regional sobre o futuro político da região da Crimeia, inicialmente marcado para 25 de maio. Mas a invasão russa não ficou por aqui. No dia seguinte grupos armados pró-russos invadiram os dois aeroportos da região, um civil e outro militar. Após o sucedido, a Rússia foi expulsa do G8 e foram-lhe impostas sanções económicas.

O governo de Moscovo afirmou que só interveio a pedido do presidente deposto Yanukovich e para proteger as pessoas que foram perseguidas “por razões linguísticas e políticas”⁴⁵. A doutrina que permite a Moscovo interferir sempre que julgue que os cidadãos russos de outros países necessitam de proteção, coloca todos os países vizinhos no limite. A Bielorrússia e o Cazaquistão, independentemente da Ucrânia e da Moldávia, estão a mostrar sinais de ansiedade acerca das implicações das políticas russas⁴⁶.

No dia 2 de março de 2014, o primeiro-ministro da Crimeia, Sergey Aksyonov, anunciou que o referendo seria antecipado para o dia 16 de março do mesmo ano. Tal ato gerou uma revolta por parte dos líderes dos países ocidentais que classificaram a antecipação do referendo como ilegal e desde logo afirmaram que não iriam reconhecer o resultado do referendo. No dia 16 de março, o referendo a respeito da independência da região da Crimeia realizou-se e 96,8% dos votos apurados foram favoráveis à reintegração do território à Rússia. No entanto, tal como refere Timothy Snyder: “Em 16 de março, alguns cidadãos da Crimeia participaram numa farsa eleitoral a que os ocupantes russos chamaram referendo. Antes da votação, toda a propaganda pública fazia pressão na mesma direção. Os cartazes proclamavam que a escolha era entre a Rússia e o nazismo. Os eleitores não tinham acesso aos *media* internacionais nem ucranianos. Nos boletins de voto, havia duas opções, ambas a afirmarem a anexação da Crimeia pela Rússia. A primeira opção era votar na anexação da Crimeia pela Rússia. A segunda era restaurar a autonomia das autoridades da Crimeia, que tinham acabado de ser instaladas pela Rússia e ape-

45 Pode ser utilizada neste contexto o famoso *slogan* propagandístico: “Rossiya ne brosayet svoikh”. Tradução: “A Rússia não abandona os seus”. Ainda sobre o tema: Thomas Ambrosio, “The rhetoric of irredentism: The Russian Federation’s perception management campaign and the annexation of Crimea”, *Small Wars & Insurgencies*, vol. 27, n.º 3, 2016.

46 Lawrence Freedman, “Ukraine and the Art of Crisis Management”, *Survival*, vol. 56, n.º 3, 2014, p. 29.

lavam à anexação pela Rússia⁴⁷. Dois dias depois, a 18 de março, foi assinado um tratado (ilegal) de anexação, o que representa uma clara violação do *jus cogens*⁴⁸. A “tranquila anexão da Crimeia gerou um surto de retórica triunfalista⁴⁹. Putin articulou um argumento legal magistralmente elaborado que justificava a anexação da Crimeia, explorando a tensão entre a autodeterminação e a integridade territorial⁵⁰. Através desse argumento, a Rússia procurou não só justificar a anexação, como reafirmar o seu papel como líder numa ordem jurídica internacional⁵¹. Embora tenha conseguido anexar a Crimeia, a Rússia obteve uma grande derrota nos mercados financeiros⁵². Estas sanções, contudo, não abalaram o poder de Putin. Como refere

47 Timothy Snyder, *Rússia, Europa, América, O Caminho para o Fim da Liberdade*, Edições 70, 2018, p. 148. Sobre a atuação da Rússia na comunicação social da Bielorrússia e Ucrânia vide Joanna Szostek, “The Mass Media and Russia’s ‘Sphere of Interests’: Mechanisms of Regional Hegemony in Belarus and Ukraine”, *Geopolitics*, 2018.

48 Como dispõe o Art.º 53.º da Convenção de Viena sobre os Tratados (*Jus Cogens*): “É nulo todo o tratado que, no momento da sua conclusão, seja incompatível com uma norma imperativa de direito internacional geral. Para os efeitos da presente Convenção, uma norma imperativa de direito internacional geral é uma norma aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu todo como norma cuja derrogação não é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de direito internacional geral com a mesma natureza”.

49 Graham Allison e Dimitri K. Simes, “A Rússia e América: a Guerra ao Virar da Esquina”, tradução Jorge Lima, *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote, 2015, p. 48.

50 Para uma análise aos discursos de Putin relativamente à anexação da Crimeia: Magdalena B. Leichtova, “Why Crimea was Always Ours: Legitimacy Building in Russia in the Wake of the Crisis in Ukraine and the Annexation of Crimea”, *Russian Politics*, nº 1, 2016, pp. 291-315; Yuri Tepera, “Official Russian identity discourse in light of the annexation of Crimea: national or imperial?”, *Post-Soviet Affairs*, Routledge, 2015.

51 William W. Burke-White, “Crimea and the International Legal Order”, *Survival*, Faculty Scholarship at Penn Law, vol. 56, nº 4, 2014.

52 No dia 3 de março de 2014, as bolsas das economias desenvolvidas caíram cerca de 1,19%, segundo o índice MSCI World. Os maiores impactos registam-se na Europa, que segundo este índice desceu cerca de 2,51%. As bolsas europeias na hora do fecho apresentaram resultados negativos, com o Euro Stoxx 50 a descer cerca de 3%. O índice FTSE 100 caiu 101 pontos, enquanto que o DAX na Alemanha sofreu a sua maior queda desde a crise na zona euro, onde recuou 3,4%. Já em Wall Street, o índice DOW JONES baixou 184 pontos. Em Portugal, por exemplo, o PSI 20, caiu 2,57%. A Gazprom empresa russa, que é a maior exportadora de gás natural do mundo, desvalorizou 10,7%. A bolsa de Moscovo sofreu um verdadeiro impacto negativo, onde o índice MICEX registou uma queda de 10,79% e o índice RTSI caiu 12,01%. Já na Ucrânia, o índice PFTS da bolsa de Kiev afundou 6,63%. Mas não foram só as bolsas que sofreram com a tensão entre a Ucrânia e a Rússia, o rublo, moeda russa, registou um mínimo histórico face ao euro, ultrapassando os 50 rublos por euro, tendo uma desvalorização na ordem dos 0,28%. O Banco Central da Rússia elevou também a sua taxa de juro para empréstimos no valor percentual de 1,5%, passando de 5,5% para 7%. Somente o ouro e as obrigações alemãs e norte-americanas não foram afetados por esta crise política. O preço do barril de Brent subiu 1,74%, e o preço do trigo subiu 4,86%. O próprio crescimento económico da Rússia desceu 1,5%. A invasão à Crimeia fez lembrar as invasões soviéticas à Hungria e à Checoslováquia, mas de forma menos violenta. Moscovo ressentiu-se como nenhuma outra bolsa, e o país sofreu um violento impacto económico.

Héric Sequeira Ramos Manuel, a “política externa de Putin tem como objetivos potenciar o crescimento económico da Rússia, combater a hegemonia dos EUA, neutralizar a NATO, controlar a expansão institucional da União Europeia e recuperar a confluência sino-soviética”⁵³. As sanções económicas acabaram por reforçar o seu poder⁵⁴, na medida em que serviram como uma justificação para que este pudesse restringir o uso da internet por parte do povo russo, permitindo também retirar o dinheiro russo dos bancos ocidentais, bem como limitar as viagens do seu povo ao exterior. Isto sem contar com o controlo da atuação dos média. Apesar de ter sido Donald Trump a popularizar a expressão *fake news*, em bom rigor, o termo foi usado na Rússia e na Ucrânia muito antes do conceito ser utilizado nos Estados Unidos⁵⁵. As sanções serviram ainda um propósito maior, o de escamotear o fraco crescimento russo.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa afirmou que a anexação da Crimeia pela Rússia era ilegal à luz do direito internacional, por uma votação de 154 votos a favor e 26 votos contra, com 14 abstenções em 9 de abril⁵⁶. No dia 5 de setembro de 2014 foi assinado o Protocolo de Minsk, assinado por representantes da Ucrânia, da Rússia, da República Popular de Donetsk (DNR), e da República Popular de Lugansk (LNR) para pôr fim à guerra no leste da Ucrânia. No entanto, o Protocolo assinado fracassou, na medida em que continuaram a existir confrontos na parte oriental da Ucrânia. Foi firmado um novo Protocolo, designado por Minsk II, a 11 de fevereiro de 2015, que também fracassou.

Em 15 de dezembro de 2014, a UE e a Ucrânia realizaram a primeira reunião do Conselho de Associação, no âmbito do novo Acordo de Associação, onde a Ucrânia comprometeu-se na adoção de reformas nos sistemas judiciário, político, financeiro e económico⁵⁷. A 11 de julho de 2017, o Conselho adotou uma decisão relativa à ce-

53 Héric Sequeira Ramos Manuel, *A Reformulação da Política Externa Russa Durante a Presidência Putin-Medvedev*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa, 2018, p. 140.

54 Estas sanções económicas surgiram em resposta à crise na Ucrânia. Algumas sanções económicas que visam as trocas comerciais com a Rússia em determinados setores económicos foram: limitação do acesso aos mercados de capitais primário e secundário da UE por parte de certos bancos e empresas russas; proibição de exportação de bens de dupla utilização para fins militares ou destinados a utilizadores finais militares na Rússia; restrição do acesso da Rússia a determinados serviços e tecnologias sensíveis suscetíveis de serem utilizados na produção e exploração de petróleo e; proibição de importação e exportação no que respeita ao comércio de armas.

55 Timothy Snyder, *Rússia, Europa, América, O Caminho para o Fim da Liberdade*, Edições 70, 2018, p. 21. Sobre o impacto das *fake news* na Bielorrússia *vide* Andrei Aliaksandrou, “There’s nothing new about fake news: It might be a new term, but the mechanisms of fake news have been in place in Belarus for decades”, *Index on Censorship*, vol. 46, n.º 2, 2017, p. 52 e ss.

56 Doc. 13482 da Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu, *Recent developments in Ukraine: threats to the functioning of democratic institutions*.

57 Alina Inayeh, “The Regional Impact of the Ukraine Crisis: Overview and Conclusions” in Alina Inayeh, Daniela Schwarzer e Joerg Forbrig (org.), *Regional repercussions of the Ukraine Crisis, Europe Policy Paper 3*, GMF, Washington, 2014, p. 2.

lebração do Acordo de Associação com a Ucrânia em nome da União Europeia. Esta foi a etapa final do processo de ratificação, o que permitiu a plena implementação do acordo a partir de 1 de setembro de 2017.

Após a invasão à Crimeia, a União Europeia e os Estados Unidos impuseram fortes sanções económicas à Rússia. Esta decisão não foi acompanhada por países como a Turquia, Brasil, Índia e Indonésia. Por exemplo, a China classificou a invasão como um ajustamento natural de fronteiras e não considerou a ação militar como um desafio à ordem internacional. A Crimeia não serviu somente para que a União Europeia percebesse que um gigante adormecido ainda estava bem vivo a Leste. Outros atores no teatro político como os países emergentes e economias em desenvolvimento preferiram manter-se neutros e expectantes quanto ao desenrolar dos acontecimentos, como foi o caso do Brasil ou da Índia. A crise na Ucrânia revelou também outro quadro político preocupante que se prende com a estrita relação da Europa com os Estados Unidos. Embora de braços dados com as sanções económicas impostas à Rússia, a Europa opunha-se à vontade de Washington em armar as forças armadas ucranianas⁵⁸. Tal revelou a divisão filosófica entre americanos e europeus.

A questão da dependência energética continua a ser de elevada importância⁵⁹, especialmente porque a Gazprom intensificou, após a anexação da Crimeia, pressão sobre a Ucrânia, exigindo que as suas dívidas relativas ao gás natural fossem pagas⁶⁰. Após o sucedido, a Ucrânia terá de pagar um valor mais elevado pelo gás fornecido pela empresa russa. A Ucrânia chegou a acordo com a União Europeia para que possa receber gás natural através da Eslováquia e da Hungria. No entanto,

58 Patrícia Daehnhardt, "A crise na Ucrânia e a Alemanha: o novo paradigma de liderança estratégica europeia?", *Relações Internacionais*, n.º 45, 2015.

59 Como refere Vanda Amaro Dias, "a dimensão energética é incontornável, uma vez que a forte dependência da Moldávia, Bielorrússia e Ucrânia dos recursos energéticos russos tem constituído uma vantagem política para o Kremlin, permitindo-lhe explorar esta vulnerabilidade em seu proveito", in "As Relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: Poder, Dependências e Assimetrias no Espaço Pós-Soviético", *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico*, (coord.) Patrícia Daehnhardt e Maria Raquel Freire, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 61.

60 A Gazprom é o maior fornecedor de gás natural do mundo inteiro, e esta empresa assinou um contrato de larga duração com a China na quarta-feira de 21 de maio de 2014. Estamos a falar de um negócio com um valor próximo de 400 biliões de dólares. A Gazprom gera cerca de 55% das suas receitas com as vendas de gás para a União Europeia. Sobre o tema: David Koranyi, "Transatlantic energy security and the Ukraine-crisis: A blessing in disguise?", *NATO Review*, 2014; Dmitry Trenin, "Russia and Ukraine", in Hamilton, Daniel; Mangott, Gerhard (eds.), *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*, Washington: Center for Transatlantic Relations, 2007, pp. 195-213; Katy Barnato, "China & Russia's Gazprom Sign Key Gas Agreement", broadcast by CNBC on 21 May, 2014; Bryon Moraski e Magda Giurcanu, "European Reactions to the 2008 Georgian-Russian War: Assessing the Impact of Gas Dependence", *Studies in Comparative International Development*, vol. 48, 2013, pp. 432-456.

este fornecimento é insuficiente face à dimensão total do país, pelo que existe ainda uma dependência energética em relação à Rússia⁶¹.

Até aos dias de hoje, a Crimeia vive um “conflito congelado”⁶². Entre o cessar fogo e as respetivas acusações de violações destes acordos, a península da Crimeia continua sob o domínio russo. Mas se o conflito não atingiu proporções mais gravosas tal deve-se à hábil estratégia do principal ator no teatro político europeu, a Alemanha. Como refere Ulrich Speck, “a Alemanha tornou-se líder na crise da Ucrânia por três razões. Primeiro, o poder alemão tem crescido desde a reunificação de 1990 (...). Em segundo lugar, a crise é de vital importância para a Alemanha porque está em jogo toda a ordem política a leste do país. Terceiro, não havia mais ninguém para assumir a liderança”⁶³. Berlim teve a proeza de mitigar o conflito militar, conseguindo sentar Moscovo e Kiev numa mesa de negociações. A Alemanha assumiu na crise da Crimeia o papel que antes coube aos Estados Unidos, o de polícia do Ocidente. Só que a Alemanha sofre de um problema grave nestes conflitos, que é o facto de não dispor de poder bélico para impor a sua força. A Alemanha substituiu-se ao fraco poder demonstrado por Bruxelas em liderar a UE e utilizou a sua força económica e o seu poder democrático para proteger os interesses do Ocidente. Londres distanciou-se da Europa e Washington recuou relativamente aos assuntos europeus. E mesmo após a crise da Crimeia é a Alemanha que ainda nos dias de hoje, é a voz predominante na Europa.

O ambiente estratégico também mudou em relação aos chamados “conflitos congelados” da região do Mar Negro. Desde março de 2014, a Rússia colocou a Abkhazia e a Ossétia do Sul de forma mais rígida sob seu controle. O conflito entre a Arménia e o Azerbaijão sobre Nagorno-Karabakh também conheceu um incremento significativo⁶⁴. Recentemente, a 27 de setembro de 2020, ocorreu um novo conflito entre a Arménia e o Azerbaijão. Este confronto durou seis semanas, causando vítimas, danos e deslocamentos de pessoas. Os combates obrigaram centenas de milhares a fugir de suas casas por segurança. Casas e infraestruturas públicas, como as escolas, o sistema de saúde, as estradas, os serviços e redes de comunicação, foram gravemente danificados. Apesar do cessar-fogo estabelecido entre a Arménia e o

61 Mykola Kapitonenko, “Ukraine: The Political Crisis” in Alina Inayeh, Daniela Schwarzer e Joerg Forbrig (org.), *Regional repercussions of the Ukraine Crisis*, Europe Policy Paper 3, GMF, Washington, 2014, p. 36.

62 Directorate-General For External Policies Policy Department Study, *The frozen conflicts of the EU’s Eastern neighbourhood and their impact on the respect of human rights*, 2016.

63 Ulrich Speck, “O Poder Alemão e o Conflito Ucrâniano”, tradução Miguel Freitas da Costa, *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote, 2015, p. 48.

64 Sobre o tema: Raul Cunha, *Kosovo – A Incoerência de uma Independência Inédita*, Edições Colibri, 2019, pp. 221-222.

Azerbaijão em 9 de novembro de 2020, a situação humanitária continua, segundo a Comissão Europeia, a ser bastante preocupante⁶⁵.

A Europa e os Estados Unidos decidiram não armar a Ucrânia e procuraram a via de diálogo com os seus homólogos russos. Foi a meu ver, a decisão correta. Se o tivessem feito, a Rússia finalmente teria um pretexto plausível para responder através de ações militares. E por muito que o Ocidente colocasse à disposição da Ucrânia um armamento considerável, Moscovo conseguiria replicar. A NATO, embora seja o maior receio da Rússia relativamente à sua soberania, tem um calcanhar de Aquiles considerável. É o caso de países ex-URSS, como a Letónia, a Estónia e a Lituânia⁶⁶, que se encontram protegidos pelo art.º 5.º do Tratado do Atlântico Norte⁶⁷. Além do setor económico, os Países Bálticos apresentaram um crescimento significativo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelas Nações Unidas, onde foram também reduzidas as taxas de analfabetismo e a mortalidade infantil. Contudo, alguns problemas subsistiram após o período do desmantelamento da URSS. O principal problema é a grande quantidade de habitantes de russos étnicos, fazendo com que a Rússia (ainda) interfira na política interna destes Estados. Em caso de um ataque russo aos Países dos Balcãs, a resposta da NATO poderia ser muito tardia⁶⁸. Os Estados Bálticos não registam, contudo, um sentimento separatista entre as minorias russas, favorecendo desta forma, a soberania dos países

65 Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia, de 18 de Fevereiro de 2021, disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/ip_21_665

66 Como refere Andreas Umland, “Há uma tendência crescente em todas as repúblicas pós-soviéticas para a política e políticas se tornarem mais independentes de Moscovo. Considere-se, por exemplo, a Revolução Rosa de 2003 (na Geórgia), ou o facto de o Azerbaijão, devido ao seu *boom* económico, ter agora mais liberdade de manobra em resultado do aumento dos preços da energia”, in Andreas Umland, “Russian policies in the Southern Caucasus”, *Caucasus Watch*, 2018, pp. 1-10, disponível em: www.caucasuswatch.de/news/910.html

67 Segundo o art.º 5.º do Tratado do Atlântico Norte: “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte. Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque serão imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais”.

68 David A. Shlapak e Michael Johnson, “Reinforcing Deterrence on NATO’s Eastern Flank, Wargaming the Defense of the Baltics”, *RAND Corporation*, 2016.

bálticos⁶⁹. Uma eventual intervenção por parte da Rússia aconteceria tão só para testar a ação da NATO.

Estes países estão protegidos pelos países mais influentes do Ocidente. Mas é nos ombros do Estados Unidos que reside a maior força bélica. E isso levante uma séria questão. A Europa opera à base do diálogo, evitando ao máximo qualquer conflito armado. Por sua vez, os Estados Unidos, tal como a Rússia, não se coíbem de mostrar o seu poderio militar. Se por algum motivo, Moscovo realizasse uma cruzada em algum destes países ex-URSS, qual seria a resposta de Washington? Arriscaria uma guerra nuclear, pondo em causa a própria segurança dos seus Estados por causa de Riga, Tallin e Vilnius? Dificilmente a resposta será positiva, no entanto não deixa de ser uma questão inquietante. Mas a Rússia também tem conhecimento que não pode comprar uma guerra que não pode vencer. Para que a balança fosse equilibrada a Rússia precisaria de poderosos aliados. O Irão e a Coreia do Norte não seriam suficientes para equilibrar as forças de um Ocidente vs. Oriente. Seria necessário que a Rússia conseguisse o apoio de países como a China ou a Turquia. A China tem mais a ganhar ficando neutra num eventual conflito, colhendo os frutos da destruição que Rússia e Estados Unidos poderiam semear. Nos últimos 30 anos, a China cresceu exponencialmente, seja do ponto de vista militar, tecnológico ou político. Este *boom* económico é derivado do desenvolvimento maoísta e do modelo de desenvolvimento orientado para as exportações do Leste asiático⁷⁰. No entanto, este crescimento, sobretudo no que concerne às exportações, abrandou consideravelmente. A China tornou-se mais dependente de investimentos em ativos fixos financiados por dívidas, o que por si só, impulsionou o seu crescimento a curto prazo. No entanto, este fez com que ocorresse um maior endividamento da economia. Como esta crise ocorre desde 2008, tendo ficado mais notória a partir de 2015, a China viu-se obrigada a exportar o seu excedente de capital na forma de ajuda externa, através da concessão de empréstimos e investimento estrangeiro direto, sobretudo a países vizinhos e a países em desenvolvimento na América do Sul e na África⁷¹. Este crescimento económico está a permitir à China aumentar a sua influência política. Para os Estados Unidos, esta pode ser uma situação problemática, visto que estes ainda dominam a ordem de segurança política existente na Ásia-Pacífico. Por estas razões defendemos que a China tem mais a ganhar ficando neutra num eventual conflito entre a Rússia e a NATO.

69 Giovana Schwingel, "A Importância Estratégica dos Países Bálticos para a OTAN no Pós-Guerra Fria", Monografia para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, Centro Universitário UNIVATES, 2016, p. 62.

70 Ho-fung Hung, "A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global", *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, nº 1, 2018, p. 3.

71 Ho-fung Hung, op. cit., p. 23.

A Turquia representa um cenário ainda mais improvável, na medida que tem a sua própria agenda e mantém uma relação tensa com a Rússia⁷². Nesse sentido, conclui-se que existe uma sobreposição de interesses estratégicos em áreas que conectam os dois países⁷³. Devido ao seu poder bélico e à sua importante posição geográfica, a União Europeia deve procurar firmar relações com a Turquia. No entanto, salienta-se que a adesão da Turquia pode trazer uma série de novos riscos de segurança para a UE, “como a direta exposição aos fundamentalistas islâmicos, as tensões transfronteiriças com a Síria, o Iraque e o Irão e os conflitos étnicos no Cáucaso”⁷⁴. Como podemos verificar, a única forma de beliscar o avanço russo é a manutenção da NATO. Este é o grande bastião do Ocidente. A Organização do Tratado do Atlântico Norte é uma simbiose que garante a segurança dos seus participantes. É um luxo que a Rússia não dispõe. A Rússia não tem um único aliado comprometido num evento de guerra. É um país “orgulhosamente só”⁷⁵.

Violações do Direito Internacional na Crimeia

A Ucrânia é um Estado signatário da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)⁷⁶. A Rússia violou diversas disposições do direito internacional ao anexar ilegalmente a Crimeia e Sebastopol, nomeadamente também a Carta das Nações Unidas, a Ata Final de Helsínquia, o Memorando de Budapeste de 1994⁷⁷ e o Tra-

72 Hell Gardener, “The Russian annexation of Crimea: regional and global ramifications”, *European Politics and Society*, vol. 17, n.º 4, Ukraine in Crisis, 2016, pp. 490-505.

73 Douglas Rocha e João Paulo Alves, “A Geopolítica das Relações entre Rússia e Turquia”, *Revista Perspectiva*, vol. 9, n.º 17, 2016, p. 18.

74 Marta Elisabete Almeida Grilo, *A Geopolítica da Turquia: Potencialidades e Riscos para a Segurança Europeia*, Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018, p. 107.

75 A expressão “orgulhosamente sós” foi proferida pelo Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, a 18 de fevereiro de 1965, que utiliza a famosa expressão referente à ofensiva portuguesa nas colónias africanas num momento em que o resto do mundo estava a descolonizar.

76 A aplicação e a sanção para a violação dos direitos e liberdades que são garantidas pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) pertencem, em primeiro lugar, às autoridades nacionais. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) só pode ser solicitado a conhecer de um assunto depois de esgotadas todas as vias de recurso internas. Tal resulta da conjugação dos artigos 13.º e 35.º, n.º 1 do CEDH.

77 O Memorando de Budapeste foi um acordo político assinado em Budapeste, em 1994, e oferecia garantias de segurança no contexto da adesão da Ucrânia ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O Memorando foi originalmente assinado por três potências nucleares, a Federação Russa, os Estados Unidos da América e o Reino Unido. Mais tarde, a China e a França também prestaram garantias de segurança. O presente Memorando concedia garantias de segurança contra ameaças ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política da Ucrânia, da Bielorrússia e do Cazaquistão. Em troca, a Ucrânia cedeu o terceiro maior arsenal de armas nucleares do mundo entre 1994 e 1996.

tado de Amizade, Cooperação e Parceria entre a Federação da Rússia e da Ucrânia de 1997. O Parlamento Europeu alertou inclusive que foram registados abusos especificamente dirigidos contra a comunidade tártara, que se opôs, na sua maioria, à anexação por parte da Rússia. Estes abusos incluem raptos, desaparecimentos forçados, violência, tortura e execuções extrajudiciais que as autoridades “de facto” se eximiram a investigar e a reprimir penalmente⁷⁸.

A liberdade dos *media* foi e continua a ser severamente restringida na Crimeia⁷⁹. Além de outras leis russas que restringem o direito de expressão, uma disposição do código penal prescreve até cinco anos de prisão para declarações de jornalistas contra a integridade territorial da Rússia. A liberdade de reunião é também ela restrita. Não podem existir eventos públicos sem autorização das autoridades. O governo da Crimeia só permite a realização destes eventos em 366 locais específicos. A ocorrência destes eventos sem a referida autorização leva a que os seus participantes sejam presos.

A liberdade religiosa é outro direito que é vedado aos habitantes da Crimeia. Diversas congregações de Testemunhas de Jeová foram canceladas pelo Supremo Tribunal russo, pois este considerou esta religião como extremista. Também as mesquitas foram fechadas e alguns muçulmanos foram inclusive presos, sob suspeita de pertencer ao grupo Hizb ut-Tahrir e de disseminar a ideologia terrorista. As autoridades que ocuparam a península da Crimeia confiscaram diversas propriedades à Igreja Ortodoxa da Ucrânia, sendo esta religião a predominante em todo o país. Um arcebispo chegou inclusive a ser preso por visitar um prisioneiro político na cidade russa de Rostov-on-Don. Não só existem claras violações à liberdade religiosa, como existe discriminação entre etnias.

O ensino das crianças e jovens encontra-se também altamente condicionado, na medida em que estas são expostas à propaganda militar russa. As aulas começaram a ser, maioritariamente ministradas no idioma russo, sendo que a língua ucraniana foi largamente banida das escolas. Em 2017, o Tribunal Internacional de Justiça ordenou que a Rússia garantisse a disponibilidade de educação em ucraniano, mas as autoridades não cumpriram essa ordem⁸⁰.

78 Resolução do Parlamento Europeu, de 4 de fevereiro de 2016, sobre a situação dos direitos humanos na Crimeia, em particular dos tártaros da Crimeia (2016/2556(RSP)).

79 Resolução do Parlamento Europeu, de 12 de maio de 2016, sobre os Tártaros da Crimeia (2016/2692(RSP)); Todd C. Helmus, Elizabeth Bodine-Baron, Andrew Radin, Madeline Magnuson, Joshua Mendelsohn, William Marcellino, Andriy Bega e Zev Winkelman, “Russian Social Media Influence, Understanding Russian Propaganda in Eastern Europe”, *RAND Corporation*, 2018; U.S Department of State, “GEC Special Report: August 2020 Pillars of Russia’s Disinformation and Propaganda Ecosystem”.

80 International Court of Justice, n° 2017/15, 19 April 2017: “The Court finds that Russia must refrain from imposing limitations on the ability of the Crimean Tatar community to conserve its representative institutions, including the Mejlis, and ensure the availability of education in the Ukrainian language”.

A 14 de janeiro de 2021, a Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) em Estrasburgo decidiu sobre a admissibilidade de uma ação judicial no processo da Ucrânia contra a Federação Russa n.º 20958/14. Este caso diz respeito a diversas violações aos direitos humanos que ainda persistem desde que a Crimeia foi ilegalmente anexada pela Rússia. O TEDH declarou, por maioria, o recurso parcialmente admissível. A decisão será seguida de um julgamento em data posterior. A declaração do governo da Ucrânia abrangeu queixas de violações sistemáticas dos direitos humanos garantidos pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) e das Liberdades Fundamentais e respetivos Protocolos, incluindo o direito à vida (art.º 2.º), a proibição de tratamentos desumanos e tortura (art.º 3.º), o direito à liberdade e à segurança (art.º 5.º), o direito a um julgamento justo (art.º 6.º), o direito ao respeito pela vida privada e familiar (art.º 8.º), o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (art.º 9.º), o direito à liberdade de expressão (art.º 10.º) e o direito à liberdade de reunião e associação (art.º 11.º), o direito à proibição de discriminação (art.º 14.º). A Ucrânia considerou ainda que foi violado o Protocolo adicional à Convenção de Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais de Paris, de 20 de março de 1952, nomeadamente a proteção dos bens e a proteção da propriedade, bem como foi violado o Protocolo n.º 4 em que se reconhecem certos direitos e liberdades além dos que já figuram na Convenção e no Protocolo adicional à Convenção de Estrasburgo, de 16 de setembro de 1963, nomeadamente a liberdade de circulação.

O governo russo replicou e defendeu que as forças armadas russas sempre estiveram presentes na Crimeia, e justificava-se ao abrigo de acordos bilaterais entre a Rússia e a Ucrânia. Foi dito pelo governo de Moscovo que as tropas encontravam-se presentes para “ajudar o povo da Crimeia em resistir ao ataque das forças armadas ucranianas”, de forma a “assegurar que a população da Crimeia possa fazer uma escolha democrática, sem medo de represálias dos radicais”, para “assegurar a expressão normal da vontade dos que vivem na Crimeia”. O pedido n.º 20958/14 foi considerado admissível a 11 de janeiro de 2021.

A Grande Câmara do TEDH considerou a 14 de janeiro de 2018, em primeiro lugar, que era não se pronunciaria se a Rússia tinha ou não anexado legalmente a Crimeia. O Tribunal rejeitou assim a objeção da Federação Russa e reconheceu a sua jurisdição para ouvir o caso da Ucrânia, uma vez que os eventos descritos na petição são da competência do governo da Federação Russa, devendo ser examinado o seu mérito. Para justificar essa decisão, o TEDH teve em consideração, em particular, a dimensão e a força do aumento da presença militar russa na Crimeia de janeiro a março de 2014, sem o consentimento das autoridades ucranianas ou quaisquer provas que provem que houve uma ameaça às tropas russas ali estacionadas ao abrigo dos acordos bilaterais pertinentes entre válidos na época. O TEDH decidiu ainda notificar o governo russo da queixa, que só foi apresentada em 2018, sobre a

alegada transferência de prisioneiros ucranianos para o território da Rússia, e, dada a sobreposição, a este respeito, com outra aplicação interestatal, a *Ucrânia v. Rússia* (n.º 38334/18), o TEDH decidiu juntar a este último pedido ao presente caso.

O TEDH considerou que a Rússia exerceu um controlo efetivo sobre a Crimeia entre 27 de fevereiro até 18 de março de 2014⁸¹. Quanto às provas prestadas pelo governo ucraniano, o TEDH decidiu que: as evidências eram claras no sentido de que existiram efetivamente desaparecimentos e que não houve uma investigação adequada sobre tais práticas (art.º 2.º)⁸²; que existiram maus tratos e detenções ilegais (artigos 3.º e 5.º); os tribunais em funções na Crimeia não foram estabelecidos por lei (art.º 6.º); ocorreram imposições da cidadania russa e buscas em habitações privadas (art.º 8.º); existiu assédio e intimidação de líderes religiosos que não eram conformes com a fé ortodoxa russa, ocorrendo ataques arbitrários aos locais de culto e confisco de bens religiosos (art.º 9.º); existiu a supressão dos meios de comunicação não-russos (art.º 10.º); ocorreram proibições de reuniões públicas e manifestações, bem como existiram, por parte das autoridades russas, intimidações e detenções arbitrarias dos organizadores dessas manifestações (art.º 11.º); expropriação sem compensação de bens de civis e empresas privadas – art.º 1.º do Protocolo Adicional à Convenção de Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, Paris, 20 de março de 1952; supressão e proibição da língua ucraniana nas escolas (art.º 2.º do citado Protocolo); restrição da liberdade de circulação entre a Crimeia e a Ucrânia continental, resultante da transformação de facto (pela Rússia) através de uma delimitação administrativa numa fronteira entre a Rússia e a Ucrânia – art.º 2.º do Protocolo n.º 4, em que se reconhecem certos direitos e liberdades além dos que já figuram na Convenção e no Protocolo Adicional à Convenção. Além do mais, o TEDH reconheceu que a Rússia visou os tártaros da Crimeia nos termos do artigo 14.º, tomadas em conjunto com os artigos 8.º, 9.º, 10.º e 11.º da CEDH, bem como o artigo 2.º do Protocolo n.º 4 à Convenção.

Não se deram como provadas as alegações da Ucrânia quanto à prática administrativa de matar e disparar sobre cidadão ucranianos. Relativamente à detenção de jornalistas estrangeiros e a apreensão do seu equipamento na primeira quinzena de março de 2014, o TEDH refere que o número limitado de alegações também não apontava para uma prática administrativa. Por fim, o TEDH considerou apropria-

81 Embora as tropas russas na península da Crimeia não tivessem excedido o limite de 25.000 militares estabelecido nos acordos bilaterais relevantes, os números demonstraram que o número de militares quase duplicou num curto espaço de tempo.

82 Como refere Ireneu Cabral Barreto, “este artigo, com o artigo 3.º, deve ser considerado como uma das cláusulas primordiais da Convenção, consagrando um dos valores fundamentais e das sociedades democráticas que formam o Conselho da Europa, in *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Anotada*, 5.ª ed., Revista e Atualizada, Almedina, 2015, p. 81.

do examinar tanto a admissibilidade como os méritos da queixa de “transferência de condenados” e outro pedido interestatal, *Ucrânia v. Rússia* (n.º 38334/18), tendo sido esta queixa anexada ao presente processo⁸³.

A Bielorrússia e a falsa independência da Rússia

Desde a queda da URSS em 1991, a Bielorrússia conheceu seis eleições presidenciais⁸⁴. Todas elas tiveram o mesmo resultado⁸⁵. Desde 1994 que Lukashenko⁸⁶ foi sempre o vencedor, com mais de 80% dos votos⁸⁷. Como corretamente identificou em 2007, a secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice, a Bielorrússia é “a última verdadeira ditadura remanescente no coração da Europa”⁸⁸. Os protestos que ocorreram antes e durante as eleições presidenciais de 2020 foram o culminar da revolta que o povo sente há já largos anos face ao regime autoritário de Lukashenko. Os protestos tiveram início devido a uma sátira feita por Sergei Tikhanovsky, que pretendia ser candidato às presidências de 2020, que comparou o atual presidente da Bielorrússia a uma barata ditatorial que eventualmente seria esmagada por um chinelo. O candidato acabou por ser detido no final de maio de 2020, tendo sido acusado de ser um agente estrangeiro. Os protestos começaram logo a seguir à deteção de Tikhanovsky. Imediatamente após a sua detenção, as ruas de Minsk ficaram lotadas de manifestantes com chinelos na mão⁸⁹, aludindo à sátira feita por Tikhanovsky. Por essa razão, os protestos ficaram conhecidos como Revolução Chinelo ou Revolução Anti-Barata.

83 European Court of Human Rights, ECHR 010 (2021) 14.01.2021.

84 Para uma análise sobre o sistema económico na Bielorrússia antes do primeiro trimestre de 1998 e sobre o impacto da crise financeira russa e o seu impacto na economia bielorrussa *vide* Rafal Antczak, Stanislav Bogdankiewich, Pavel Daneiko, Krzysztof Polomski e Vladymir Sowski, “Impact of the Russian Crisis on the Belarussian Economy, Antczak, “Impact of the Russian Crisis on the Belarussian Economy”, *CASE Network Studies and Analyses*, n.º 206, 2000.

85 Sobre a forma como as políticas russas e americanas condicionaram a Arménia e a Bielorrússia *vide* Alena Vieira e Syuzanna Vasilyan, “Armenia and Belarus: caught between the EU’s and Russia’s conditionalities?”, *European Politics and Society*, 2018.

86 Para uma análise sobre o perfil político de Lukashenko *vide* Margery A. McMahon, “Aleksandr Lukashenka, president, Republic of Belarus”, *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 2007.

87 Konstantin Ash, “The election trap: the cycle of post-electoral repression and opposition fragmentation in Lukashenko’s Belarus”, *Democratization*, vol. 22, n.º 6, 2015.

88 Palavras proferidas numa visita à Lituânia em abril de 2007.

89 Sobre o impacto e a evolução das manifestações na Bielorrússia *vide* Olena Nikolayenko, “Marching Against the Dictator: Chernobyl Path in Belarus”, *Social Movement Studies*, vol. 14, n.º 2, 2014, pp. 230-236.

Embora inicialmente pacíficos, os tumultos não demoraram a surgir e ocorreu uma escalada de violência quando outros candidatos da oposição começaram a ser presos. Aproveitando o sucedido, Lukashenko ordenou a prisão de Viktor Babaryka, o seu principal opositor. O presidente da Bielorrússia afirmava que os protestos ocorreram com o apoio de diversos países da NATO. Após a prisão de Viktor Babaryka, Lukashenko conheceu outra oposição de peso. A esposa de Tikhonovskiy, Svetlana Tsikhanouskaya avançou como candidata a presidente da Bielorrússia, sendo esta última apoiada por diversos elementos das equipas dos opositores que foram presos. As eleições ocorreram a 9 de agosto de 2020, onde Lukashenko “reuniu” 80,1% dos votos. Após terem sido apurados estes resultados, o povo voltou a manifestar-se e a ser violentamente reprimido. No dia seguinte à vitória de Lukashenko, Svetlana Tsikhanouskaya foi detida durante 72 horas, tendo sido coagida a pedir, através de vídeo divulgado na internet, que os protestos cessassem. Três dias depois, já exilada na Lituânia, perante os resultados anunciados pela Comissão Eleitoral da Bielorrússia, Svetlana Tsikhanouskaya reagiu como nenhum outro candidato adversário de Aleksander Lukashenko fez até agora, na medida em que não aceitou os resultados eleitorais, declarou-se ela própria vencedora das eleições e exigiu a transferência pacífica de poder para a sua campanha⁹⁰.

A UE impôs sanções contra alguns defensores do regime de Lukashenko, embora nunca contra o próprio líder. Países como o Reino Unido e a Lituânia tomaram, por sua iniciativa, medidas como a proibição de viagens entre os países e congelaram bens destinados a Lukashenko. Mas o eterno detentor da cadeira do poder da Bielorrússia mostrou que não vacila, nem com a pressão externa. Várias são as razões para a sua subsistência, para além do apoio de Moscovo. Lukashenko tem do seu lado as forças de segurança do país. Apesar de Svetlana Tsikhanouskaya ter apelado aos militares para que estes se colocassem ao lado do povo bielorrusso, estes mantiveram o apoio a Lukashenko. Os manifestantes colocaram flores nas armas dos militares⁹¹, à semelhança do que aconteceu em Portugal no dia 25 de Abril de

90 Sobre as tomadas de posição da candidata Svetlana Tsikhanouskaya ver: “Belarus election: Opposition disputes Lukashenko landslide wins”, BBC News, 10 August 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/news/world-europe-53721410>; “Belarus opposition candidate rejects election result after might of protests”, *The Guardian*, 11 August 2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/aug/10/belarus-opposition-candidate-rejects-election-result-protests-svetlana-tikhonovskaya-lukashenko>; “An interview with Svetlana-Tikhonovskaya, Belarus’s leader in exile”, *The Economist*, Dec. 3rd 2020 edition. Disponível em <https://www.economist.com/europe/2020/12/05/an-interview-with-svetlana-tikhonovskaya-belarus-leader-in-exile>

91 Hanna Liubakova, “Flowers and firearms. Belarusians are united against police violence”, *Outriders*, 16 August 2020. Disponível em <https://outriders.rs/en/flowers-and-firearms-belarusians-are-united-against-police-violence/>

1974, só que estes não só as rejeitaram como continuar a deter e a reprimir violentamente os manifestantes, pese embora a violência tenha diminuído quando os confrontos começaram a ser difundidos pelos média internacionais. A detenção dos opositores políticos foi também uma forma de dispersar as multidões de manifestantes das ruas de Minsk. Lukashenko goza também de uma outra vantagem estratégica. Ao contrário do que sucedeu por exemplo na Ucrânia, este domina o Parlamento e os Tribunais. Todo o sistema está subordinado a Lukashenko. Este pode nomear juizes e não pode ser destituído. Tal poder foi conferido pelas sucessivas alterações constitucionais que efetuou. Além disso, Lukashenko tem “no bolso” outras figuras do poder estatal. É o caso de diversos *mayors*, deputados e funcionários públicos. Apesar de uma minoria de diplomatas ter-se revoltado a favor dos movimentos anti-Lukashenko, tal não foi o suficiente. Todos os que se rebelaram foram prontamente demitidos. Outra vantagem a favor do presidente da Bielorrússia foi a fraca adesão nas greves. Os sindicatos estiveram sob pressão do regime de Lukashenko e não conseguiram libertar-se do apertado controlo governamental. Com a indústria a movimentar-se, a economia não abalou o suficiente para fazer cair o atual presidente. E destaca-se o fator mais importante para a sua manutenção no poder. Vladimir Putin apesar de não conseguir esconder o desprezo que sente por Lukashenko, prefere que não exista alterações na presidência da Bielorrússia. Este serve os interesses de Moscovo e isso basta⁹².

Podemos retirar uma importante ilação do comportamento de Lukashenko. O mesmo procura utilizar um *modus operandi* semelhante ao seu homólogo russo. No entanto, a relação entre estes é também frágil⁹³. Durante os protestos que ocorreram antes das eleições de 2020, a detenção de várias dezenas de alegados mercenários russos veio complicar ainda mais a perigosa situação já existente. Estes sujeitos pertenciam a uma empresa de segurança conhecida como “Wagner”⁹⁴ que é detida por um amigo próximo do Kremlin, mas que Putin não reconhece a sua existência. Entre os detidos encontram-se diversos “agentes” que participaram nas operações dos separatistas pró-russos na região de Donbass, no Leste da Ucrânia. Estes grupos paramilitares sem insígnia são o cobro perfeito para a ingerência na política

92 Jakob Tolstrup, “Studying a negative external actor: Russia’s management of stability and instability in the ‘Near Abroad’”, *Democratization*, vol. 16, nº 5, 2009, p. 935.

93 As relações entre ambos os países sempre foram tensas sobretudo em matéria de preços do petróleo que a Rússia fornece à Bielorrússia. Os maiores “picos de tensão” ocorreram em 2007 e 2020. Para uma análise em matéria de energia na Bielorrússia *vide* Alexander Novikau, “Conceptualizing and Achieving Energy Security: The Case of Belarus”, *Energy Strategy Reviews*, nº 26, 2019.

94 Sobre esta “empresa de segurança” *vide* Pavel Felgenhauer, “Private military companies forming vanguard of Russian foreign operations”, *The Jamestown Foundation Eurasia Daily Monitor*. vol. 14, nº 36, 2017.

de outros Estados. Apesar do sucedido, Putin concedeu um empréstimo de 1,2 mil milhões de euros e apoio a Lukashenko para uma alteração profunda da constituição bielorrussa.

Apesar das suas diferenças, Lukashenko desde que chegou ao poder virou toda a política externa⁹⁵ de Minsk em direção a Moscovo. A Bielorrússia é, à semelhança da Ucrânia, dependente da energia fornecida pela Rússia⁹⁶. A relação bilateral evoluiu rapidamente para um Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação de 1995 e mais tarde foi celebrado entre os dois países um Pacto de Defesa em 1997⁹⁷. Em 1 de janeiro de 2010, a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão lançaram a União Aduaneira da Eurásia. Decididos a estabelecer um acordo comercial ainda mais restrito, estes países criaram a União Económica da Eurásia, tendo sido este assinado a 29 de maio de 2014 e entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2015. No dia seguinte, foi a vez da Arménia aderir a esta União, sendo que o Quirguistão foi o último país a aderir, a 6 de agosto de 2015. Procura-se através desta união económica estabelecer uma área de comércio livre, no qual nenhuma taxa aduaneira é cobrada sobre as mercadorias transportadas nos territórios dos países aderentes. Os seus membros impõem uma tarifa comum a todos os bens que entram nesta união⁹⁸. Através da União Económica da Eurásia, Moscovo quer ser o equivalente a Bruxelas na União Europeia. Visa desta forma restaurar a influência russa entre os Estados da ex-URSS⁹⁹. Atualmente, a União Económica da Eurásia tem como membros, para além da Rússia, a Arménia, a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, tendo como observadores, a Moldávia, o Uzbequistão e Cuba.

95 Maria Raquel Freire e Luís da Vinha definem a política externa como “o conjunto de objectivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas acções” in “Política externa: modelos, actores, dinâmicas”, in Maria Raquel Freire (org.), *Política Externa: As Relações Internacionais em mudança*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 18.

96 Sobre a dependência energética da Bielorrússia entre 1992 e 2012 *vide* Margarita M. Balmaceda *The Politics of Energy Dependency: Ukraine, Belarus, and Lithuania Between Domestic Oligarchs and Russian Pressure 1992–2012*, University of Toronto Press, 2013; Chloe Bruce, “Friction or Fiction? The gas factor in Russian-Belarusian relations”, *Chatham House Briefing Paper*, 2005, pp. 1-14.

97 Alena Vieira, “The Politico-Military Alliance of Russia and Belarus: Re-Examining the Role of NATO and the EU in Light of the Intra-Alliance Security Dilemma”, *Europe-Asia Studies*, vol. 66, n.º 4, 2014, pp. 559-560; Ruth Deyermond, “The State of the Union: Military Success, Economic and Political Failure in the Russia–Belarus Union”, *Europe-Asia Studies*, vol. 56, n.º 8, 2004, p. 1192.

98 David G. Tarr, “The Eurasian Economic Union of Russia, Belarus, Kazakhstan, Armenia, and the Kyrgyz Republic: Can It Succeed Where Its Predecessor Failed?”, *Eastern European Economics*, vol. 54, n.º 1, 2016, pp. 1-22.

99 Iana Dreyer e Nicu Popescu, “The Eurasian Customs Union: The Economics and the Politics” *Brief* n.º 11, European Union Institute for Security Studies, 2014.

Desde outubro de 2020, que a União Europeia tem vindo a impor um conjunto de sanções contra a Bielorrússia. As medidas foram adotadas em resposta à natureza fraudulenta das eleições presidenciais de agosto de 2020 na Bielorrússia e à intimidação e repressão violenta de manifestantes pacíficos, membros da oposição e jornalistas. O regime de sanções prevê a proibição de viagens para a UE e o congelamento de bens no espaço comum. Para além disso, cidadãos e empresas da UE não podem fornecer fundos aos 59 indivíduos que constam na lista realizada pelo Conselho Europeu. A UE não reconhece os resultados das eleições bielorrussas, pois não considera que tenham sido livres nem justas.

Transnístria: o Estado que não existe

A Transnístria é também ela fruto de “um conflito congelado”¹⁰⁰. A recente intensificação dos contactos diplomáticos, que ocorreram a 19 de outubro de 2019, através de uma ronda de negociações em Bratislava, identificada por “5+2” – República da Moldávia, República Moldava da Transnístria, Rússia, Ucrânia e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), tendo os EUA e a UE como observadores¹⁰¹ –, tinha como propósito ajudar as partes a dirimir um conflito que perdura desde a Guerra da Transnístria. Estas conversações já tinham sido iniciadas à mais de uma década, mas só em 2016, em Berlim, foi aprovado um protocolo que definiu cinco áreas de medidas de reforço da confiança – reconhecimento oficial de diplomas universitários transdníestres, matrículas transdníestres no tráfego internacional, telecomunicações, questões ambientais e questões criminais. Nos anos seguintes, o pacote foi estendido e três áreas foram adicionadas – escolas de alfabeto latino, terras agrícolas em Dubasari e a ponte Gura Bicului/Bychok. O objetivo dessas medidas é melhorar as condições de vida da população civil em ambas as margens do rio Dniester. A intenção da reunião era a implementação das medidas pendentes do chamado Acordo Berlim Plus, que ainda não foram postas em prática com sucesso, e a identificação de novas medidas que pudessem auxiliar o povo da Transnístria. Mas o resultado destas negociações foi o mesmo de outra, resultando esta em apenas um encontro diplomático informal. O tempo urge e a influência russa mantém-se. O resultado da Transnístria influenciará sempre

100 Ryan Kennedy, “The limits of soft balancing: the frozen conflict in Transnistria and the challenge to EU and NATO strategy”, *Small Wars & Insurgencies*, vol. 27, n° 3, 2016, pp. 512-537; Magdalena Dembińska e Frédéric Mérand, “The role of international brokers in frozen conflicts: the case of transnistria”, *Asia Europe Journal*, Springer, vol. 17, n° 1, 2019, pp. 15-30.

101 Stefan Wolff, “A resolvable frozen conflict? Designing a settlement for Transnistria”, *Nationalities Papers: The Journal of Nationalism and Ethnicity*, vol. 39, n° 6, 2011, pp. 863-870.

a Moldávia. É desta forma que Putin consegue enjaular um pequeno país cujas pretensões é fazer parte da União Europeia. Um ponto que merece destaque é a de que à data destas negociações, o presidente moldavo era Igor Dodon, um amigo do regime do Kremlin. Mesmo que as partes fossem com um espírito construtivo para encentrarem negociações, estas seriam, como foram em outras ocasiões, concertações de fachada.

Em primeiro lugar, cumpre saber como nasceu este conflito. A região da Transnístria – Margem Esquerda do Nistru, como é referenciada nos documentos oficiais da Moldávia – foi incorporada na República Soviética Socialista da Ucrânia, fruto da Revolução Russa em março de 1919. A República Socialista Soviética da Ucrânia (RSSU) foi posteriormente anexada à URSS em dezembro de 1922. Em 1924, a Transnístria ganhou autonomia, tendo sido proclamada República Socialista Soviética Autônoma da Moldávia, um território que sempre andou sob o olhar da URSS. Em 1939, foi assinado o Pacto Molotov-Ribbentrop, através do qual se constatava o interesse da URSS na região. Em 1941, as Potências do Eixo invadiram a URSS durante a Segunda Guerra Mundial e a região da Transnístria foi ocupada. Este território passou a estar sob influência da Roménia, tendo até a língua romena sido adotada como a língua oficial da região¹⁰². Contudo, a influência romena sobre a região durou pouco tempo. O Exército Vermelho voltou a ocupar o território em 1944. As autoridades soviéticas voltaram a reprimir o povo da Transnístria. Com o seu punho de ferro, a Rússia mandou executar, exilar ou prender centenas de habitantes. Mais tarde as famílias camponesas abastadas foram deportadas para o Cazaquistão e a Sibéria.

Em 1980, com a Perestroika ocorreram vários movimentos nacionalistas por parte das repúblicas socialistas, uma das quais a da Moldávia. O movimento nacionalista pró-romeno cresceu, até que, em agosto de 1989, a língua romena passou a ser a língua oficial, escrita em alfabeto latino¹⁰³. Estas ações aumentaram as tensões com os povos das minorias étnicas cujo idioma era o russo, como era o caso da Transnístria¹⁰⁴. O partido da Frente Popular Nacionalista ganhou, sem grande surpresa, as primeiras “eleições livres” na República Socialista da Moldávia em 1990. A violência aumentou quando, em outubro de 1990, a Frente Popular pediu que

102 Entre 1941 e 1944, a Roménia causou a morte de 350.000 judeus que se encontravam na região da Transnístria. Sobre o tema: Vladimir Solonari, “A conspiracy to murder: explaining the dynamics of Romanian ‘policy’ towards Jews in Transnistria”, *Journal of Genocide Research*, 2016.

103 Sobre o tema: Sebastian Muth, “Linguistic landscapes on the other side of the border : signs, language, and the construction of cultural identity in Transnistria”, *International Journal of the Sociology of Language*, vol. 2014, nº 227, 2014.

104 John O’Loughlin, Gerard Toal e Vladimir Kolosov, “Who identifies with the ‘Russian World’? Geopolitical attitudes in southeastern Ukraine, Crimea, Abkhazia, South Ossetia, and Transnistria”, *Eurasian Geography and Economics*, 2017, p. 21.

fossem formadas milícias armadas para impedir um referendo sobre autonomia da Gagauzia¹⁰⁵. Em abril do mesmo ano, multidões nacionalistas atacaram membros do parlamento russo, enquanto a polícia moldava se recusou a intervir ou restaurar a ordem. Foi após estes eventos que surgiu a Guerra da Transnístria.

A Transnístria constitui uma trave-mestra no relacionamento entre a Rússia e a Moldávia, sendo que Moscovo considera este Estado uma “parte integrante da sua esfera de influência”¹⁰⁶. Após o desmembramento da URSS, o debate em relação à independência da Moldávia foi intensificado e foi discutida a possibilidade de uma reunificação com a Roménia. Na Transnístria, começaram a ocorrer protestos e confrontos violentos, com o intuito de se proclamar aquele território como independente¹⁰⁷. A guerra opôs separatistas da Transnístria e da Moldávia em novembro de 1990, em Dub sari. Voluntários, incluindo cossacos, vieram da Rússia para ajudar o lado separatista¹⁰⁸. O Exército Soviético entrou no conflito, e com a sua infantaria e tanques causou a morte de 700 moldavos. Os separatistas venceram a guerra e a violência só cessou quando foi negociado um acordo de cessar-fogo em 21 de julho de 1992 entre a Moldávia e a Transnístria¹⁰⁹.

Uma das obrigações decorrentes deste cessar-fogo é a presença, que ainda vigora nos dias de hoje, de um contingente militar russo que serve o propósito de “manter a paz na região”. Tal demonstra que a Rússia continua a manter a sua influência na região, não desistindo de controlar o território. No entanto a influência russa não se manifesta somente na presença militar. Moscovo mantém o apoio ao governo de Tiraspol (capital da Transnístria), garantindo a sua autonomia através de apoio a nível político, militar e económico¹¹⁰. É de relevar a constante violação de direitos

105 Steven D. Roper, “Regionalism in Moldova: The Case of Transnistria and Gagauzia”, *Regional & Federal Studies*, vol. 11, nº 3, 2001, pp. 101-122.

106 Vanda Amaro Dias, “As Relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: Poder, Dependências e Assimetrias no Espaço Pós-Soviético”, *A Política Externa Russa no Espaço Euro Atlântico*, (coord.) Patrícia Daehnhardt e Maria Raquel Freire, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 73.

107 John O’Loughlin, Vladimir Kolossov e Gerard Toal, “Inside the post-Soviet de facto states: a comparison of attitudes in Abkhazia, Nagorny Karabakh, South Ossetia, and Transnistria”, *Eurasian Geography and Economics*, 2015, p. 15.

108 Robert H. Donaldson e Joseph L. Noguee, *The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests*, 1.ª ed., Routledge, 2009.

109 Desde essa data a Transnístria tornou-se um Estado “de facto”. Daniela Peterka-Benton afirma que a Transnístria tornou-se um paraíso de atividades criminosas transnacionais, incluindo o comércio ilegal de armas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro, in “Arms Trafficking in Transnistria: A European Security Threat?”, *Journal of Applied Security Research*, vol. 7, nº 1, 2012, p. 1.

110 Igor Boonstra, “Moldova: An EU Success Story?” *FRIDE Policy Brief*, nº 92, 2011, pp. 3-4.

humanos que ocorre na Transnístria, tais como a prisão e as torturas arbitrárias¹¹¹. No território, não existem eleições livres, sendo imposta a educação em língua romana com o alfabeto proveniente da União Soviética (alfabeto cirílico)¹¹². Foram inclusive fechadas escolas que utilizam como método de ensino o alfabeto latino¹¹³. Moscovo não pretende perder a Transnístria sob a sua esfera de influência. Mas como podemos constatar, esta pequena região não é a única “cartada” russa. A Moldávia ainda se encontra presa pela mão vermelha¹¹⁴. O Partido Socialista Moldavo (pró-russo) tem por hábito vencer por uma maioria considerável, garantindo assim um maior número de lugares no Parlamento. Todos os presidentes “democraticamente eleitos” foram também apoiados por Moscovo. Mas finalmente uma esperança floresce na Moldávia. Em 2021, a nova presidente Maia Sandu assumiu as funções após uma luta renhida com o candidato apoiado por Moscovo, o ex-presidente Igor Dodon. Uma curiosa nota deve ser feita e que demonstra bem o poder e a influência russa. A Transnístria, que é uma “suposta” zona autónoma e que conta com o apoio de Moscovo pôde votar nas presidenciais, tal como já acontecera em outras votações anteriores. E sem grande surpresa, uma larga maioria votou no candidato pró-russo, Igor Dodon. No entanto, Maia Sandu contou com o apoio da Diáspora Moldava que, espalhados pelo mundo, fizeram a diferença e permitiram com o seu voto, a vitória da candidata apoiada pelo Partidul Ac iune i Solidaritate (PAS), um partido pró-europeu, beliscando assim as intenções do Kremlin. A nova presidente já afirmou publicamente que quer celebrar acordos com a União Europeia e sonha com a sua integração. Está nas mãos da União Europeia não deixar que a Moldávia se torne numa nova Ucrânia e que sucumba de novo ao poder de Moscovo. Em suma, como refere Vanda Amaro Dias, “a Rússia contribui para que a Moldávia se mantenha um Estado frágil, incapaz de aplicar a autoridade à totalidade do seu território, restando as suas tentativas de integração com o ocidente, que permanece reticente em importar um conflito onde a Rússia se mantém como parte ativa”¹¹⁵.

111 Estas violações de direitos humanos ocorrem ainda nos dias de hoje. Tal situação foi reportada pela organização não-governamental Freedom House na última análise feita em 2019.

112 Steven D. Roper, “The politicization of education: Identity formation in Moldova and Transnistria”, *Communist and Post-Communist Studies*, 38, 2005, pp. 501-514.

113 Giorgio Comai e Bernardo Venturi, “Language and education laws in multi-ethnic de facto states: the cases of Abkhazia and Transnistria”, *Nationalities Papers*, vol. 43, nº 6, 2015, pp. 886-905.

114 Adrian Rogstad, “The Next Crimea? Getting Russia’s Transnistria Policy Right”, *Problems of Post-Communism*, 2016, p. 2.

115 Vanda Amaro Dias, “As Relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: Poder, Dependências e Assimetrias no Espaço Pós-Soviético”, *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico*, (coord.) Patrícia Daehnhardt e Maria Raquel Freire, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 73; Theodor Tudoroiu, “Structural factors vs. regime change: Moldova’s difficult quest for democracy”, *Democratization*, vol. 18, nº 1, 2011, pp. 236-264.

Note-se que, para além da presença militar russa na Transnístria, a Moldávia depende inteiramente do gás russo (proveniente da Gazprom), bem como de outros combustíveis fósseis que importa da Rússia. A dependência energética é também, à semelhança dos outros países de leste, total¹¹⁶.

Apesar da tentativa de aproximação à União Europeia, nomeadamente através da *European Strategy of the Republic of Moldova* em 2003, cujo objetivo seria a integração na UE, muitos têm sido os esforços de Moscovo para que essa aproximação se frustrasse. Um dos exemplos que devemos referir são os constantes embargos que existem por parte da Rússia em relação aos seus produtos, tal como o embargo aos produtos agrícolas moldavos em 2006¹¹⁷. Previamente, em 2005, a Moldávia passou por uma crise energética, que consistiu numa retaliação por parte da Rússia ao fracasso do Memorando Kozak¹¹⁸. Este memorando proposto por Dmitri Kozak (conselheiro de Putin), visava a criação de um Estado Federal assimétrico, dividido em duas regiões, sendo que uma parte seria da Moldávia e a outra parte menor pertenceria à Transnístria. A Transnístria chegou a assinar o memorando, pois através dele iria possuir direito de veto sobre futuras revisões constitucionais. Contudo, a Moldávia não aceitou fazer parte deste Estado Federal. A OCDE e os EUA intervieram no processo, permitindo que a vontade do povo moldavo prevalecesse. Em suma, “o objetivo era impedir a integração do país nas estruturas internacionais, ao mesmo tempo que favorecia a sua manutenção na órbita de influência russa, levando Chişinău a recusar um compromisso”¹¹⁹.

116 John Beyer e Stefan Wolff, “Linkage and leverage effects on Moldova’s Transnistria problem”, *East European Politics*, vol. 32, nº 3, 2016, p. 338.

117 Helge Blakkisrud e Pål Kolstø, “From Secessionist Conflict toward a Functioning State: Processes of State and Nation-Building in Transnistria”, *Post-Soviet Affairs*, vol. 27, nº 2, 2011, pp. 186 e ss.

118 Andrey Devyatkov, “Russian Policy Toward Transnistria”, *Problems of Post-Communism*, vol. 59, nº 3, 2012, pp. 58 e ss.; Oleh Protsyk, “Moldova’s Dilemmas in Democratizing and Reintegrating Transnistria”, *Problems of Post-Communism*, vol. 53, nº 4, 2006, pp. 36 e ss.

119 Vanda Amaro Dias, “As Relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: Poder, Dependências e Assimetrias no Espaço Pós-Soviético”, *A Política Externa Russa no Espaço Euro Atlântico*, (coord.) Patrícia Daehnhardt e Maria Raquel Freire, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 74; Eiki Berg, “Pooling Sovereignty, Losing Territoriality? Making peace in Cyprus and Moldova”, *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, vol. 97, nº 3, 2006, p. 232.

Conclusão

Com a presente investigação podemos concluir que ainda existe um longo caminho a percorrer quanto à relação dos Estados Unidos e da União Europeia com os países da ex-URSS. É importante que a UE e os Estados Unidos envidem esforços coletivos sobre a segurança nas regiões da Transnístria, Ossétia do Sul, Abkhazia e Nagorno-Karabach. Caso os Estados Unidos e a UE se abstenham de reforçar a segurança nestas regiões, a Rússia poderá realizar uma incursão militar em regiões onde existe um elevado número de russos étnicos. Esta já foi uma justificação utilizada pela Rússia para interferir na região da Crimeia. Desta forma, defendemos que os países mais poderosos do Ocidente, devem ajudar as regiões que já foram, ou ainda o são, afetadas pela política externa russa.

Desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos e a UE desvalorizavam os “conflitos congelados”, permitindo que a Rússia agisse como “um polvo” sobre as regiões que outrora dominou. A Crimeia é sobretudo um evento catalisador que deve servir como um exemplo no qual o Ocidente não pode e não deve subestimar o poder e as ambições russas. É necessário que sejam aumentados esforços para uma mais estrita relação de cooperação com estes países. Um reforço de segurança em locais estratégicos nestes países pode servir como um fator dissuasor. A União Europeia deverá desenvolver uma nova Política Europeia de Vizinhança¹²⁰ de forma a conseguir corresponder às necessidades destes países, que deverá ser adaptada consoante o país em causa. Medidas como o intercâmbio de estudantes e a atribuição de bolsas de estudo internacionais, o fomento de eventos relacionados com a cultura e com a religião de cada país são muito importantes para a conexão entre estes e aquilo que é o “espírito europeu”. A União Europeia deve ainda conceder apoio, através de empréstimos a estes países que são economicamente fragilizados, oferecendo a sua ajuda com a contrapartida de juros comportáveis. Ao mesmo tempo que a ajuda económica é oferecida, a UE deve garantir a implementação de medidas de anticorrupção¹²¹, sendo que o ideal seria a celebração de acordos económicos, permitindo que o Banco Central Europeu (BCE) tenha poderes de fiscalização sobre os bancos destes países. A Estratégia global para a segurança da União Europeia, de 2016, define as relações com a Rússia como “um desafio estratégico fundamental”. Em março de 2016, o Conselho da UE estabeleceu cinco princípios orientadores

120 Vanda Amaro Dias, “Política Europeia de Vizinhança práticas imperiais na fronteira com o «outro»?”, *Relações Internacionais*, n.º 43, 2014, pp.75-84.

121 Em 2013, a Ucrânia ficou no 144.º lugar em 176 países investigados no Índice de Perceção de Corrupção realizado pela organização não-governamental Transparência Internacional. Em 2019, volvidos seis anos, a classificação não melhorou substancialmente, tendo ficado no 126.º lugar em 180 países investigados.

a aplicar às relações da UE com a Rússia: (1) aplicação dos Acordos de Minsk sobre o conflito no leste da Ucrânia como condição essencial para qualquer alteração substancial da posição da UE em relação à Rússia; (2) reforço das relações com os parceiros orientais da UE e outros países vizinhos, incluindo os da Ásia Central; (3) reforço da resiliência da UE – como por exemplo, em matéria de segurança energética, ameaças híbridas ou comunicação estratégica; (4) diálogo seletivo com a Rússia sobre questões do interesse da UE; (5) necessidade de estabelecer contactos interpessoais e de apoiar a sociedade civil russa¹²².

A resposta da Rússia não tardou em relação à intervenção do Ocidente. Moscovo começou a influenciar as eleições europeias e norte-americanas. O financiamento de partidos extremistas europeus, ciberataques, o apoio ao regime sírio e um controlo exacerbado sobre os *media*, entre outros, foram algumas das medidas tomadas em resposta às atuações do Ocidente. Estas ações, resultantes de uma política externa baseada no “medo” e na “opressão” constitui o *modus operandi*, fruto da nostalgia comunista das elites russas que dominam o Kremlin. Atualmente, o grande domínio de Putin encontra-se ameaçado por Alexei Navalny¹²³. Apesar de já ter sido preso, envenenado e sofrido às mãos do regime russo, este último já mostrou estar disposto a perder a vida para que o seu país tenha um futuro diferente. A Rússia vai, mais tarde ou mais cedo, conhecer profundas alterações. Mesmo que o seu principal opositor consiga ser silenciado, a oposição permanecerá. Os holofotes estão virados para a Praça Vermelha. Putin já não consegue operar na sombra. É uma questão de tempo até que este novo muro, que se construiu após a queda do Muro de Berlim, caia. Quando tal ocorrer, o Ocidente deve estar preparado para ajudar nessa transição de poder.

Não nos podemos esquecer das décadas de propaganda comunista que vigoraram nos países onde a Rússia exerceu o seu “punho de ferro”¹²⁴. Durante esse tempo, o Ocidente foi visto como um inimigo feroz pronto para colocar o fim da soberania da URSS. Países como a Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, entre outros, vivem num normal e compreensível estado de descrença. A “Mãe Rússia” sempre inspirou medo nos seus filhos, condicionando o seu futuro com sombras do passado. Apesar de ter sido escrito em 1949, a icónica frase de George Orwell é um resumo perfeito da atuação russa: “Big Brother is watching you”¹²⁵.

122 Fichas temáticas sobre a União Europeia do Parlamento Europeu. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/177/russia>

123 Líder do Partido Rússia Pelo Futuro e fundador da Fundação Anticorrupção na Rússia. A partir de 2009, Navalny tornou-se no principal opositor de Putin.

124 Andrei Aliaksandrou, “The empire strikes back: Ukraine and Belarus approach their recent former Soviet status in opposite ways. Plus Stephen Komarnyckyj on why Ukraine needs to not cherry-pick its past”, *Index on Censorship*, vol. 47, n° 1, 2018, pp. 40 e ss.

125 George Orwell, 1984, Antígona, 2012.

A Moldávia, em especial a região da Transnístria, pode vir a conhecer um futuro semelhante ao da Crimeia. Ao contrário da Bielorrússia, cuja liderança já está bem cimentada e parece não mostrar sinais de fraqueza, pese embora o desgaste provocado pelas manifestações, a Moldávia está prestes a iniciar um novo, mas espinhoso caminho. Maia Sandu tem a possibilidade de reorientar o país mais pobre da Europa em direção a Bruxelas. É um caminho que a história já provou difícil, em especial quando se trata de um país fracamente munido de capacidade militar. Sem o auxílio da União Europeia, a Moldávia não conseguirá libertar-se das “amarras” de Moscovo. Mas para tal deve preparar-se para o pior. Existe uma elevada probabilidade da Rússia reclamar para si a região da Transnístria. Esta é uma previsão nossa, na medida que até à eleição de Maia Sandu, a política da Moldávia foi sempre bastante condicionada pelos partidos políticos russos. Face à eleição de uma presidente, que contou com a maioria dos votos da diáspora (maioria pró-europeia), contrastando com os votos pró-russos da região da Transnístria, não podemos deixar de antever que poderão existir tentativas de controlo, por parte da Rússia, sobre a política da Moldávia. Desta forma, defendemos que o Ocidente deve garantir a segurança do povo moldavo, auxiliando-o a escolher o seu próprio destino, sem influência externa.

Mesmo que ocorra uma incursão militar na região da Transnístria, a Moldávia não pode deixar de procurar aliar-se ao Ocidente. Devido à quantidade de russos étnicos presentes na Transnístria, esta pode vir a ser uma região considerada como “perdida” para Moscovo, caso exista um conflito. Nestes termos, a Moldávia deve, antes de abraçar de novo esta região que geograficamente lhe pertence, garantir a sua independência e soberania. E isto só será possível com o apoio da NATO que dará garantias de segurança num eventual confronto militar. As relações com a NATO começaram a ser estabelecidas em 1992 e este contacto deve ser intensificado. Defendemos, se o povo moldavo assim decidir, que este país deve integrar a União Europeia.

O nosso raciocínio é apenas o resultado da análise que fizemos ao comportamento do Kremlin, liderada pelo incontornável Vladimir Putin. Que a história sirva como lição para que os erros do passado não sejam os erros do presente. Tal como afirmou Sviatlana Alieksievi, após ter vencido o prémio nobel da literatura em 2015: “O Império Vermelho foi-se, mas o Homem Vermelho, *homo sovieticus*, permanece. Ele resiste”.

Bibliografia

- Aliaksandrau, Andrei, 2018. "The empire strikes back: Ukraine and Belarus approach their recent former Soviet status in opposite ways. Plus Stephen Komarnyckyj on why Ukraine needs to not cherry-pick its past", *Index on Censorship*, vol. 47, n° 1.
- Aliaksandrau, Andrei, 2017. "There's nothing new about fake news: It might be a new term, but the mechanisms of fake news have been in place in Belarus for decades", *Index on Censorship*, vol. 46, n° 2.
- Allison, Graham e Simes, Dimitri K., 2015. "A Rússia e América: a Guerra ao Virar da Esquina", trad. Jorge Lima, *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote.
- Almeida, João Marques de, 2008. "A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia: o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria»", *Relações internacionais*, n.º 20.
- Ambrosio, Thomas, 2016. "The rhetoric of irredentism: The Russian Federation's perception management campaign and the annexation of Crimea", *Small Wars & Insurgencies*, vol. 27, n° 3.
- Antczak, Rafal, Bogdankiewich, Stanislavmm, Daneiko, Pavel, Polomski, Krzysztof e Usowski, Vladymir, 2000. "Impact of the Russian Crisis on the Belarussian Economy, Antczak, "Impact of the Russian Crisis on the Belarussian Economy", *CASE Network Studies and Analyses*, n° 206.
- Ash, Konstantin, 2015. "The election trap: the cycle of post-electoral repression and opposition fragmentation in Lukashenko's Belarus", *Democratization*, vol. 22, n° 6.
- Azarova, Valentina, 2018. "An Illegal Territorial Regime? On the Occupation and Annexation of Crimea as a Matter of International Law". Em, Sergey Sayapin e Evhen Tsybulenko, eds., *The Use of Force against Ukraine and International Law. Jus Ad Bellum, Jus In Bello, Jus Post Bellum*, Springer.
- Balmaceda, Margarita M., 2013. *The Politics of Energy Dependency: Ukraine, Belarus, and Lithuania Between Domestic Oligarchs and Russian Pressure 1992-2012*, University of Toronto Press.
- Barreto, Ireneu Cabral, 2015. *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Anotada*, 5.ª ed. revista e atualizada, Almedina.
- Barnato, Katy, 2014. "China & Russia's Gazprom Sign Key Gas Agreement", broadcast by CNBC on 21 May 2014.
- Bebler, Anton, 2015. "Crimea and the Russian-Ukrainian Conflict", *Romanian Journal of European Affairs*, vol. 15, n.º 1.
- Beissinger, Mark R., 2007. "Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions", *Perspectives on Politics*, Issue 02.
- Berg, Eiki, 2006. "Pooling Sovereignty, Losing Territoriality? Making peace in Cyprus and Moldova", *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, vol. 97, n.º 3.

- Beyer, John e Wolff, Stefan, 2016. "Linkage and leverage effects on Moldova's Transnistria problem", *East European Politics*, vol. 32, n° 3.
- Biersack, John e O'Lear, Shannon, 2014. "The geopolitics of Russia's annexation of Crimea: narratives, identity, silences, and energy", *Eurasian Geography and Economics*.
- Blakkisrud, Helge e Kolsto, Pål, 2011. "From Secessionist Conflict Toward a Functioning State: Processes of State- and Nation-Building in Transnistria", *Post-Soviet Affairs*, vol. 27, n.º 2.
- Bruce, Chloe, 2005. "Friction or Fiction? The gas factor in Russian-Belarusian relations", *Chatham House Briefing Paper*, p. 1-14.
- Brugnara, Frederico Augusto, 2015. *A Política Russa no Espaço Pós-Soviética: A influência do Neo-Eurasianismo e dos Recursos Energéticos*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa.
- Boonstra, Igor, 2011. "Moldova: An EU Success Story?", *FRIDE Policy Brief*, n° 92.
- Bosse, Giselle, 2009. "Challenges for EU governance through Neighbourhood Policy and Eastern Partnership: the values/security nexus in EU-Belarus relations", *Contemporary Politics*.
- Bukkvoll, Tor, 2016. "Why Putin went to war: ideology, interests and decision-making in the Russian use of force in Crimea and Donbas", *Contemporary Politics*.
- Burke-White, William W., 2014. "Crimea and the International Legal Order", *Survival*, Faculty Scholarship at Penn Law, vol. 56, n° 4.
- Buzan, Barry e Waever, Ole, 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*, Cambridge University Press.
- Churchill, Winston, 1962. *The Second World War: Triumph and Tragedy*, Book 2, Chapter 15. Bantam.
- Churro, João Manuel Barroso de Matos, 2013. *A Geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia*, Dissertação de Mestrado em Estratégia. Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa.
- Cohen, Saul Bernard, 2008. *Geopolitics: The Geography of International Relations*, 2nd ed. Rowman & Littlefield Publishers.
- Comai, Giorgio e Venturi, Bernardo, 2015. "Language and education laws in multi-ethnic de facto states: the cases of Abkhazia and Transnistria", *Nationalities Papers*, vol. 43, n° 6, pp. 886-905.
- Correia, Pedro de Pezarat, 2012. "Geopolítica e Geoestratégia", *Nação e Defesa*, n.º 131, pp. 229-246.
- Cortright, David e Lopez, George A., 1999. "Are Sanctions Just? The Problematic Case of Iraq", *Journal of International Affairs*, vol. 52, n.º 2, Spring.
-

- Cunha, Raul, 2019. *Kosovo: A Incoerência de uma Independência Inédita*, Edições Colibri.
- Daehnhardt, Patrícia, 2015. “A crise na Ucrânia e a Alemanha: o novo paradigma de liderança estratégica europeia?”, *Relações Internacionais*, n.º 45, pp. 5-24.
- Deeks, Ashley, 2014. “Russian Forces in Ukraine: A Sketch of the International Law Issues”, *Lawfare*, March 2.
- Defarges, Philippe Moreau, 2012. *Introdução à Geopolítica*, Gradiva.
- Dembinska, Magdalena e Mérand, Frédéric, 2019. “The role of international brokers in frozen conflicts: the case of transnistria”, *Asia Europe Journal*, Springer, vol. 17, n.º 1.
- Devyatkov, Andrey, 2012. “Russian Policy Toward Transnistria”, *Problems of Post-Communism*, vol. 59, n.º 3, pp. 58 e ss.
- Deyermond, Ruth, 2004. “The State of the Union: Military Success, Economic and Political Failure in the Russia–Belarus Union”, *Europe-Asia Studies*, vol. 56, n.º 8.
- Dias, Vanda Amaro, 2015. “As dimensões interna e internacional da crise na Ucrânia”, *Relações Internacionais*, n.º 45, pp. 45-55.
- Dias, Vanda Amaro, 2014. “As Relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: Poder, Dependências e Assimetrias no Espaço Pós-Soviético”. Em, Patrícia Daehnhardt e Maria Raquel Freire, coord., *A política externa russa no espaço euro-atlântico: dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 57-84.
- Dias, Vanda Amaro, 2014. “Política Europeia de Vizinhança: práticas imperiais na fronteira com o «outro»?”, *Relações Internacionais*, n.º 43, pp. 75-84.
- Donaldson, Robert H. e Noguee, Joseph L., 2009. *The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests*, 1st ed. Routledge.
- Dreyer, Iana e Popescu, Nicu, 2014. “The Eurasian Customs Union: The Economics and the Politics”, *Brief* n.º 11, European Union Institute for Security Studies.
- Duarte, Maria Luísa, 2011. *União Europeia – Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*, Vol. I, Almedina.
- Dugin, Alexandr, 2019. *The Foundations of Geopolitics: The Geopolitical Future of Russia*, Reprint, Moscovo: T8 Publishing.
- Felgenhauer, Pavel, 2017. “Private military companies forming vanguard of Russian foreign operations”, *Eurasia Daily Monitor*, vol. 14, No 36, March 16.
- Freedman, Lawrence, 2014. “Ukraine and the Art of Crisis Management”, *Survival*, vol. 56, No 3, pp. 7-42.
- Freire, Maria Raquel, 2013. “Política externa russa: as dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações”, *e-Cadernos CES*, n.º 19.

- Freire, Maria Raquel e Vinha, Luís da, 2011. "Política externa: modelos, actores, dinâmicas". Em, Maria Raquel Freire, coord., *Política Externa: As Relações Internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gardener, Hell, 2016. "The Russian annexation of Crimea: regional and global ramifications", *European Politics and Society*, vol. 17, n.º 4: Ukraine in Crisis.
- Girgin, Dogan, 2015. "Geopolitical Issues in the Current Crisis Between Ukraine and Russia", *Journal of Social Sciences*; vol. 4, n.º 1.
- Gomes, Mariana Filipe, 2018. *As Relações União Europeia-Rússia no século XXI e a anexação da Crimeia. Uma análise geopolítica*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa.
- Grilo, Marta Elisabete Almeida, 2018. *A Geopolítica da Turquia: Potencialidades e Riscos para a Segurança Europeia*, Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Guedes, Armando Marques, 2009. *A Guerra dos Cinco Dias. A Invasão da Geórgia pela Federação Russa*, IESM.
- Helmus, Todd C., Bodine-Baron, Elizabeth, Radin, Andrew, Magnuson, Madeline, Mendelsohn, Joshua, Marcellino, William, Bega, Andriy e Winkelman, Zev, 2018. *Russian Social Media Influence: Understanding Russian Propaganda in Eastern Europe*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- Hufbauer, Gary Clyde, Schott, Jeffrey J., Kimberly, Ann Elliott, e Oegg, Barbara, 2009. *Economic Sanctions Reconsidered*, 3rd ed. Institute for International Economics, Washington.
- Hung, Ho-fung, 2018. "A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global", *Revista de Economia Contemporânea*. vol. 22, n.º 1, pp. 1-26.
- Inayeh, Alina, 2014. "The Regional Impact of the Ukraine Crisis: Overview and Conclusions". Em, Alina Inayeh, Daniela Schwarzer, e Joerg Forbrig, org., *Regional repercussions of the Ukraine Crisis*, Europe Policy Paper 3, GMF, Washington.
- Kakachia, Kornely, 2009. "The Russo-Georgian Five-Day War: The Price to be Paid and its Unintended Consequences", *Central Asia and the Caucasus*, n.º 1(55).
- Kapitonenko, Mykola, 2014. "Ukraine: The Political Crisis". Em, Alina Inayeh, Daniela Schwarzer, e Joerg Forbrig, org., *Regional repercussions of the Ukraine Crisis*, Europe Policy Paper 3, GMF, Washington.
- Karagiannis, Emmanuel, 2013. "The 2008 Russian Georgian war via the lens of Offensive Realism", *European Security*, vol. 22, n.º 1.
- Karagiannis, Emmanuel, 2014. "The Russian Interventions in South Ossetia and Crimea Compared: Military Performance, Legitimacy and Goals", *Contemporary Security Policy*, vol. 35, n.º 3.

- Kelly, Phil, 2006. "A Critique of Critical Geopolitics", *Geopolitics*, vol. 11, n.º 1, pp. 24-53.
- Kennedy, Ryan, 2016. "The limits of soft balancing: the frozen conflict in Transnistria and the challenge to EU and NATO strategy", *Small Wars & Insurgencies*, vol. 27, n.º 3.
- Krastev, Ivan e Leonard, Mark, 2015. "O Sonho da Ordem Europeia Estilhaçado: Como Putin está a perturbar a Aliança Atlântica", trad. Diana Soller. Em, Graham Allison *et al.*, *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote.
- Koranyi, David, 2014. "Transatlantic energy security and the Ukraine-crisis: A blessing in disguise?", *NATO Review*, 9 May 2014.
- Kuzio, Taras, 2019. "Euromaidan revolution, Crimea and Russia-Ukraine war: why it is time for a review of Ukrainian-Russian studies", *Eurasian Geography and Economics*, vol. 59, n.º 3-4, pp. 529-553.
- Liik, Kadri, ed., 2014. *Russia's "Pivot" to Eurasia*, Londres: European Council for Foreign Relations.
- Larsen, Henrik Boesen Lindbo, 2012. "The Russo-Georgian war and beyond: towards a European great power concert", *European Security*, vol. 21, n.º 1.
- Leichtova, Magdalena B., 2016. "Why Crimea was Always Ours: Legitimacy Building in Russia in the Wake of the Crisis in Ukraine and the Annexation of Crimea", *Russian Politics*, n.º 1.
- Lima, Bernardo Pires de, 2016. *Putinlândia*, Edições Tinta da China.
- Manuel, Héric Sequeira Ramos, 2018. *A Reformulação da Política Externa Russa Durante a Presidência Putin-Medvedev*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Lisboa: ISCSP-Universidade de Lisboa.
- Marples, David R., 2006. "Color revolutions: The Belarus case", *Communist and Post-Communist Studies*, vol. 9, n.º 3, September 2006, pp. 351-364.
- Mazat, Numa e Serrano, Franklin, 2012. "A geopolítica da Federação Russa em relação aos Estados Unidos e à Europa: vulnerabilidade, cooperação e conflito" (Cap. 1). Em, André Alves, org., *O Renascimento de uma potência? a Rússia no século XXI*, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- McMahon, Margery A., 1997. "Aleksandr Lukashenka, president, Republic of Belarus", *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, vol. 13, n.º 4, pp. 129-137.
- Mearsheimer, John J., 2014. "Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin", *Foreign Affairs*, Council on Foreign Relations, vol. 93, n.º 5.
- Mitchell, Lincoln A., 2012. *The Color Revolutions*, University of Pennsylvania Press.
- Mitchell, Lincoln A., 2008. *Uncertain Democracy, U.S. Foreign Policy and Georgia's Rose Revolution*, University of Pennsylvania Press.

- Moraski, Bryon e Giurcanu, Magda, 2013. "European Reactions to the 2008 Georgian–Russian War: Assessing the Impact of Gas Dependence", *Studies in Comparative International Development*, vol. 48, pp. 432-456.
- Muth, Sebastian, 2014. "Linguistic landscapes on the other side of the border: signs, language, and the construction of cultural identity in Transnistria", *International Journal of the Sociology of Language*, n.º 227, pp. 25-46.
- Nikolayenko, Olena, 2014. "Marching Against the Dictator: Chernobyl Path in Belarus", *Social Movement Studies*, vol. 14, n.º 2, pp. 230-236.
- Novikau, Alexander, 2019. "Conceptualizing and Achieving Energy Security: The Case of Belarus", *Energy Strategy Reviews*, n.º 26.
- Nye, Joseph, 2009. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Public Affairs.
- O'Loughlin, John, Kolossov, Vladimir e Toal, Gerard, 2015. "Inside the post-Soviet de facto states: a comparison of attitudes in Abkhazia, Nagorny Karabakh, South Ossetia, and Transnistria", *Eurasian Geography and Economics*, vol. 55, n.º 5, pp. 1-34.
- O'Loughlin, John, Toal, Gerard e Kolosov, Vladimir, 2016. "Who identifies with the 'Russian World'? Geopolitical attitudes in southeastern Ukraine, Crimea, Abkhazia, South Ossetia, and Transnistria", *Eurasian Geography and Economics*, vol. 57, n.º 6, pp. 745-778.
- Ortega, Felipe Afonso, 2009. *As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa*, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Orwell, George, 2012. *1984*, Antígona.
- Padula, Raphael, 2018. "O Debate Geoestratégico nos Estados Unidos: O Lugar da Eurásia, do Hemisfério Ocidental e do México", *Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação – SPP*.
- Pallin, Carolina Vendil e Westerlund, Fredrik, 2009. "Russia's war in Georgia: lessons and consequences", *Small Wars & Insurgencies*, vol. 20, n.º 2.
- Peterka-Benton, Daniela, 2012. "Arms Trafficking in Transnistria: A European Security Threat?", *Journal of Applied Security Research*, vol. 7, n.º 1.
- Pronin, Anatoly, 2015. "Republic of Crimea", *Russian Law Journal*, vol. 3, n.º 1.
- Protsyk, Oleh, 2006. "Moldova's Dilemmas in Democratizing and Reintegrating Transnistria", *Problems of Post-Communism*, vol. 53, n.º 4.
- Ratzel, Friedrich, 2009. *Politische Geographie*, BIBLIOLIFE, LLC.
- Rocha, Douglas e Alves, João Paulo, 2016. "A Geopolítica das Relações entre Rússia e Turquia", *Revista Perspectiva*, vol. 9, n.º 17.
- Rogstad, Adrian, 2016. "The Next Crimea? Getting Russia's Transnistria Policy Right", *Problems of Post-Communism*, vol. 65, n.º 1, pp. 1-16.
-

- Roper, Steven D., 2001. "Regionalism in Moldova: The Case of Transnistria and Gagauzia", *Regional & Federal Studies*, vol. 11, n.º 3, pp. 101-122.
- Roper, Steven D., 2005. "The politicization of education: Identity formation in Moldova and Transnistria", *Communist and Post-Communist Studies*, 38.
- Schwingel, Giovana, 2016. *A Importância Estratégica dos Países Bálticos para a OTAN no Pós-Guerra Fria*, Monografia de Relações Internacionais, Centro Universitário UNIVATES.
- Shlapak, David A. e Johnson, Michael, 2016. *Reinforcing Deterrence on NATO's Eastern Flank: Wargaming the Defense of the Baltics*. Santa Monica, CA: RAND Corporation.
- Sinkkonen, Teemu, 2011. "A security dilemma on the boundary line: an EU perspective to Georgian-Russian confrontation after the 2008 war", *Southeast European and Black Sea Studies*, vol. 11, n.º 3, pp. 265-278.
- Sneyder, Timothy, 2018. *Rússia, Europa, América, O Caminho para o Fim da Liberdade*, Edições 70.
- Solonari, Vladimir, 2016. "A conspiracy to murder: explaining the dynamics of Romanian 'policy' towards Jews in Transnistria", *Journal of Genocide Research*.
- Speck, Ulrich, 2015. "O Poder Alemão e o Conflito Ucrainiano", trad. Miguel Freitas da Costa. Em, Graham Allison et al., *A Guerra na Ucrânia*, Publicações Dom Quixote.
- Szostek, Joanna, 2018. "The Mass Media and Russia's "Sphere of Interests": Mechanisms of Regional Hegemony in Belarus and Ukraine", *Geopolitics*.
- Tarr, David G., 2016. "The Eurasian Economic Union of Russia, Belarus, Kazakhstan, Armenia, and the Kyrgyz Republic: Can It Succeed Where Its Predecessor Failed?", *Eastern European Economics*, vol. 54, n.º 1.
- Tepera, Yuri, 2015. "Official Russian identity discourse in light of the annexation of Crimea: national or imperial?", *Post-Soviet Affairs*, Routledge.
- Tolstrup, Jakob, 2009. "Studying a negative external actor: Russia's management of stability and instability in the 'Near Abroad'", *Democratization*, vol. 16, No 5.
- Tomé, Luís, 2018. "Geopolítica da Rússia de Putin: Não é a União Soviética, mas gostava de ser...", *Relações Internacionais*, n.º 60.
- Trenin, Dmitry, 2007. "Russia and Ukraine". Em, Hamilton, Daniel e Mangott, Gerhard, eds., *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*, Washington, DC: Center for Transatlantic Relations, pp. 195-213.
- Tudoroiu, Theodor, 2011. "Structural factors vs. regime change: Moldova's difficult quest for democracy", *Democratization*, vol. 18, No 1.
- Turner, Susan, 2011. "China and Russia After the Russian-Georgian War", *Comparative Strategy*, vol. 30, No 1.
- Umland, Andreas, 2018. "Russian policies in the Southern Caucasus", *Caucasus Watch*.

- Vieira, Alena, 2014. "The Politico-Military Alliance of Russia and Belarus: Re-Examining the Role of NATO and the EU in Light of the Intra-Alliance Security Dilemma", *Europe-Asia Studies*, vol. 66, n.º 4.
- Vieira, Alena e Vasilyan, Syuzanna, 2018. "Armenia and Belarus: caught between the EU's and Russia's conditionalities?", *European Politics and Society*.
- Welt, Cory, 2010. "The Thawing of a Frozen Conflict: The Internal Security Dilemma and the 2004 Prelude to the Russo-Georgian War", *Europe-Asia Studies*, vol. 62, n.º 1.
- White, Stephen, McAllister, Ian e Feklyunina, Valentina, 2010. "Belarus, Ukraine and Russia: East or West?", *The British Journal of Politics and International Relations*, vol. 12, n.º 3, pp. 344-367.
- Wolff, Stefan, 2011. "A resolvable frozen conflict? Designing a settlement for Transnistria", *Nationalities Papers: The Journal of Nationalism and Ethnicity*, vol. 39, n.º 6.